



# Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC  
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 [atsaude@chapeco.sc.gov.br](mailto:atsaude@chapeco.sc.gov.br)  
<https://www.chapeco.sc.gov.br>

Usuário: Kislá Zamignan

Chave de Autenticação Digital  
1231-6275-290

Página  
1 / 1



## Solicitação de Compra/Contratação

Número: 747/2020  
Emissão: 27/04/2020  
Situação: Liberada

Órgão Orçam.: 21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Un. Orçam.: 21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Centro de custo: 0002.0001.0007 - Gerência de Assistência Farmacêutica

Descrição: Aquisição emergencial de aventais impermeáveis para uso dos servidores municipais que estão trabalhando no enfrentamento da pandemia do covid19.

### Despesas

Despesa	Fonte de recurso	Valor indicado (R\$)	Valor bloqueado (R\$)
294 - 2 - 21021 - 10 - 301 - 107 - 2.605 - 0 - 339000 - Aplicações Diretas	1380 - 38 Transferências do Sist Único de Saúde - SUS	87.200,00	0,00

### Itens

Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	8.000,00000	UNIDADE	14322 - AVENTAL	10,90000	87.200,00

Complemento do item: AVENTAL LAMINADO IMPERMEÁVEL (FALSO TECIDO DE FILAMENTOS SINTÉTICOS LAMINADO.

Total geral (R\$) 87.200,00

Valdecir José Miotto

Diretor de Administração, Finanças e Infraestrutura

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ordenador de despesa

1 BAC Textil LMA

BBC Têxtil

## Orçamento

Prezado:

Em atendimento à sua solicitação de informações sobre produto e preços informamos abaixo a descrição e os valores praticados:

Valor unitário: Quantidade: Total:			
Avental laminado impermeável (FALSO TECIDO DE			
FILAMENTOS SINTÉTICOS LAMINADO LAM PE NRES BRANCO + NT			
100% PP FOB BRA 50G/M2 2000MM 500M PP+PE)			
Dimensões:			
Comprimento 1,40m			
Largura 1,17m			
R\$ 10,90	8.000 pgs	R\$ 87.200,00	

BBC Têxtil

Ficamos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Chapécó, 27 de abril de 2020.





DAFI - Saúde &lt;dafi@chapeco.sc.gov.br&gt;

**Fwd: MATERIAIS E EPI's PARA AUXILIAR AO COMBATE DA PANDEMIA COVID - 19 - BC SOLUÇÕES**

1 mensagem

**Saúde - Atendimento Chapecó** <atsaude@chapeco.sc.gov.br>  
Para: DAFI - Saúde <dafi@chapeco.sc.gov.br>

7 de abril de 2020 17:35

----- Forwarded message -----

De: **Amanda Ventura Moraes** <vendas1@solucoesbc.com.br>

Date: ter., 7 de abr. de 2020 às 17:07

Subject: ENC: MATERIAIS E EPI's PARA AUXILIAR AO COMBATE DA PANDEMIA COVID - 19 - BC SOLUÇÕES

To: Amanda Ventura Moraes &lt;vendas1@solucoesbc.com.br&gt;

Boa tarde tudo bem?

Somos revendedores de materiais Odontológicos e Hospitalares.

Segue em anexo materiais e EPI's do interesse de compras de vocês esses materiais que auxiliam ao combate da Pandemia Covid-19.

Interesse de compra ou cotações com quantidades.

Só entrar em contato conosco.

disponibilidade de estoque.

Att,

**Amanda Ventura Moraes**  
**Vendas**

+55 51 9-9838-4441

+55 51 3724-2000

+55 51 3723-1652

Amanda Ventura Moraes

**BC**  
**BC SOLUÇÕES**  
DISTRIBUINDO EXCELENCIA EM SAÚDE



**De:** Amanda Ventura Moraes [mailto:vendas1@solucoesbc.com.br]

**Enviada em:** terça-feira, 7 de abril de 2020 16:53

**Para:** contato@solucoesbc.com.br

**Assunto:** MATERIAIS E EPI's PARA AUXILIAR AO COMBATE DA PANDEMIA COVID - 19 - BC SOLUÇÕES

Boa tarde tudo bem?

Somos revendedores de materiais Odontológicos e Hospitalares.

Segue em anexo materiais e EPI's do interesse de compras de vocês esses materiais que auxiliam ao combate da Pandemia Covid-19.

Interesse de compra ou cotações com quantidades.

Só entrar em contato conosco.

\*disponibilidade de estoque.

Att,



## Amanda Ventura Moraes Vendas

+55 51 9-9838-4441

+55 51 3724-2000

+55 51 3723-1652

Amanda Ventura Moraes

**BC**  
**BC SOLUÇÕES**  
DISTRIBUINDO EXCELÊNCIA EM SAÚDE

**Geiza Rodrigues**  
**Gabinete da Secretaria de Saúde**  
**(49) 3321-0080**

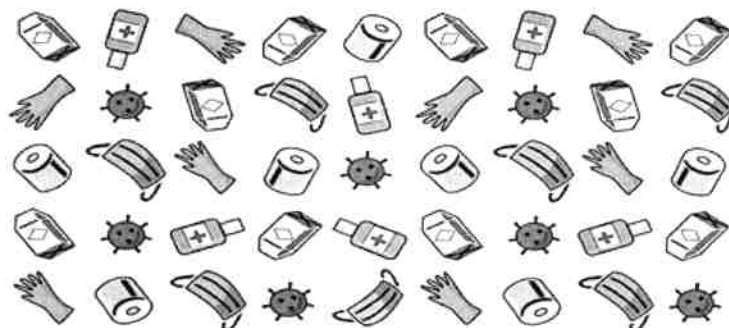
MATERIAIS E EPI's PARA AUXILIAR AO COMBATE DA PANDEMIA COVID - 19		
PRODUTO	VALOR	DESCRIÇÃO
1. ALCOOL GEL 70% EM BOTTAL 500ML	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
2. SOLUÇÃO DE LIMPAGEM DE SUPERFÍCIES	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
3. PÓ DE LIMPAGEM DE SUPERFÍCIES	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
4. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
5. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
6. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
7. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
8. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
9. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
10. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
11. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
12. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
13. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
14. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
15. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
16. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
17. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
18. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
19. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA
20. BATA DE PROTEÇÃO	10,00	PRODUTO DE LIMPEZA

MATERIAIS E EPI's PARA COMBATE COVID-19.jpeg  
233K



**MATERIAIS E EPI's PARA AUXILIAR AO COMBATE DA PANDEMIA COVID - 19**

PRODUTO	VALOR	OBSERVAÇÃO
* MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTAVEL C/ 10 UNIDADES	30,00	PACOTE C/ 10 UNIDADES
* AVENTAL S/ MANGA PCT C/10 UN SSPLUS	20,90	PACOTE C/ 10 UNIDADES
* GORRO 50GRS PCT 10 UND ASSEPTICO	12,00	PACOTE C/ 10 UNIDADES
* MÁSCARA N95 - MODELO PFF2 PROTECFACE	25,00	PACOTE C/ 1 UNIDADE
* ALCOOL GEL 70º 1L	35,00	1L
* ALCOOL GEL 70º 5L	110,00	5L
* PROPE C/ 50 PARES FAVA	27,90	C/ 50 UNIDADES
* LENCOL 240 X 90 C/ ELASTICO 30GRS BRANCO ASSEPTICO	35,90	PACOTE C/ 10 UNIDADES
* LUVA PARA PROCEDIMENTO DE LÁTEX PINK C/ 100 UND.	29,90	TAMANHOS DISPONIVEIS (XP/P/M)
* LUVA PARA PROCEDIMENTO DE NITRILO BLACK C/ 100 UND.	29,90	TAMANHOS DISPONIVEIS (XP/P/I)
* LUVA PARA PROCEDIMENTO DE NITRILO AZUL C/ 100 UND.	29,90	TAMANHOS DISPONIVEIS (XP/P/I)
* LUVA DE PROCIMENTO EM LÁTEX S/ PÓ C/ 100 UND.	29,90	TAMANHOS DISPONIVEIS (XP/P/I)
* LUVA DE PROCIMENTO EM LÁTEX C/ PÓ C/ 100 UND.	34,90	TAMANHOS DISPONIVEIS (XP/P/M)
* LUVA DE PROCIMENTO EM LÁTEX C/ PÓ S/ 100 UND.	36,90	TAMANHOS DISPONIVEIS (XP/P/M/G)
* LUVA DE VINIL DESCARPACK C/ 100 UNIDADES	21,00	TAMANHOS DISPONIVEIS (P/M/G)
* LUVA CIRURGICA ESTERIL	1,90	PAR (TAMANHOS 7/ 7,5/ 8,5)
* JALECO MANGA LONGA 50GRS (M) ASSEPTICO	13,90	PACOTE C/ 1 UNIDADE



**BC**  
**BC SOLUÇÕES**  
 DISTRIBUINDO EXCELÊNCIA EM SAÚDE

PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL



ITEM	OBJETO	UND	Obs. Mínima	Embalagem	MARCA	Foto Ilustrativa	MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Prazo MÉDIO de ENTREGA (Salda da fábrica)	Volume Mensal de Produção
1	<b>MÁSCARA RESPIRATORIA PFE2 (N95)</b> • Com filtro 95% • Com elásticos nas laterais • Com material 100% propileno • Uso: reutilizável e reutilizável	UN	100	Caixa com 10, 20 ou 100 unidades.	Multilaser		HC124	R\$ 19,90	R\$ 1.990,00	10 a 20 Dias ou PROGRAMADO	1,5 milhão
2	<b>MÁSCARA DESCARTÁVEL</b> • Tripla proteção com filtro • Com 2 elásticos e 3 pregas horizontais • Com material 100% propileno • Uso único e descartável	UN	500	Caixa com 50 ou 100 unidades.	Multilaser		HC103	R\$ 3,48	R\$ 1.740,00	10 a 20 Dias ou PROGRAMADO	12 milhões
3	<b>MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL</b> • Tripla proteção • Tripla proteção com filtro • Com elásticos e 3 pregas horizontais • Com material 100% propileno • Uso único e descartável	UN	500	Caixa com 50 ou 100 unidades.	Multilaser		HC117	R\$ 3,62	R\$ 1.810,00	10 a 20 Dias ou PROGRAMADO	4 milhões
4	<b>TÓUCA HOSPITALAR DESCARTÁVEL</b> Material não tecido Gramatura 20 g/m2	UN	1.000	Caixa com 100 unidades.	Multilaser		HC276	R\$ 1,89	R\$ 1.890,00	15 a 30 Dias	8 milhões
5	<b>SAPATILHA DESCARTÁVEL</b> Material PP e Gramatura 25g/m2 Altura 18 cm Largura 35 cm	PR	1.000	Caixa com 100 unidades (50 pares)	Multilaser		HC219	R\$ 0,82	R\$ 820,00	15 a 30 Dias	1,5 milhão
6	<b>MACACÃO DE ISOLAMENTO</b> Material PP Gramatura 30g/m2 Elastico nos punhos e tornozelos Tamanho do P - XG Zona frontal	UN	100	Caixa com 50 unidades.	Multilaser		HC225	R\$ 52,00	R\$ 5.200,00	15 a 30 Dias	500 mil
7	<b>MACACÃO PARA QUIMIOTERAPIA</b> Material SMS Gramatura 50g/m2 Cores disponíveis: Branco, azul, azul escuro, etc. Tamanho do P - XGG	UN	100	Caixa com 50 unidades.	Multilaser		HC227	R\$ 99,00	R\$ 9.900,00	30 a 45 Dias	500 mil
8	<b>ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL</b> ANTIFUMAGANTE, ARMADAÇÃO EM POLICARBONATO, LENTE EM POLICARBONATO COM APOIO NASAL E PROTEÇÃO LATERAL	UN	100	Caixa com 50 unidades.	Multilaser		HC226	R\$ 15,60	R\$ 1.560,00	15 a 30 Dias	500 mil
9	<b>PROTECTOR FACIAL COM VISEIRA FLEXÍVEL</b> Display Transparente Material Policarbonato Tratamento anti-embaçamento Altura 32 cm Largura 22 cm	UN	100	Caixa com 50 unidades.	Multilaser		HC224	R\$ 19,00	R\$ 1.900,00	15 a 30 Dias	500 mil
6	<b>Luvas cirúrgicas com Vinil P</b>	UN	1.000	Caixa com 100 unidades.	Multilaser		HC237	R\$ 0,61	R\$ 610,00	15 a 30 Dias	3 milhões
6.1	<b>Luvas cirúrgicas com Vinil M</b>	UN	1.000	Caixa com 100 unidades.	Multilaser		HC237	R\$ 0,61	R\$ 610,00	15 a 30 Dias	3 milhões
6.2	<b>Luvas cirúrgicas com Vinil G</b>	UN	1.000	Caixa com 100 unidades.	Multilaser		HC237	R\$ 0,61	R\$ 610,00	15 a 30 Dias	3 milhões
1.1	<b>AVENTAL DE ISOLAMENTO</b> Material PP Tamanho P - XGG Gramatura 30 g/m2 Amarração transparente ou Amarração atrás do pescoço	UN	100	Caixa com 50 unidades.	Multilaser		HC235	R\$ 39,00	R\$ 3.900,00	30 a 45 Dias	500 mil
2	<b>AVENTAL DE PROTEÇÃO</b> Material SMS Gramatura 40 g/m2 Tamanho P - XGG Elastico no punho Altura do avental 1,40cm Amarração transparente ou Amarração atrás do pescoço	UN	100	Caixa com 50 unidades.	Multilaser		HC236	R\$ 64,00	R\$ 6.400,00	30 a 45 Dias	500 mil
2	<b>AVENTAL DE PROTEÇÃO</b> Material SMS, esteril Gramatura 40 g/m2 Tamanho P - XGG Elastico no punho Altura do avental 1,40cm Amarração transparente ou Amarração atrás do pescoço	UN	100	Caixa com 50 unidades.	Multilaser		HC243	R\$ 69,00	R\$ 6.900,00	30 a 45 Dias	500 mil
12	<b>Alcool em Gel</b> Alcool Etílico Hidratado 70° INPM Capacidade: 5 Litros Com extrato de Aloe Vera	UN	24	Caixa com 20 unidades.	Multilaser		HC259	R\$ 102,00	R\$ 2.448,00	4 a 7 Dias	100.000
13	<b>Alcool em Gel</b> Etílico Hidratado 70° INPM Capacidade: 1 Litro Com extrato de Aloe Vera	UN	48	Caixa com 48 unidades.	Multilaser		HC256	R\$ 49,00	R\$ 2.352,00	4 a 7 Dias	100.000
14	<b>Alcool em Gel</b> Etílico Hidratado 70° INPM Capacidade: 500 ml	UN	72	Caixa com 96 unidades.	Multilaser		HC258	R\$ 19,50	R\$ 1.404,00	4 a 7 Dias	100.000
15	<b>Alcool em Gel</b> Etílico Hidratado 70° INPM Capacidade: 300 ml Com extrato de Aloe Vera	UN	96	Caixa com 96 unidades.	Multilaser		HC253	R\$ 16,90	R\$ 1.622,40	4 a 7 Dias	100.000
Valor Total									R\$ 53.666,40		

São Paulo, 17 de abril de 2020.  
Pagto = à vista, 20 DDL ou Empenho até 28 DDL  
Validade = 10 Dias

**MULTILASER**  
SUA VIDA MULTIMELHOR

Sidnei Zucattelli  
Sales of Government, Education & Health  
+55(11) 99502-3352  
+55(11) 3076-3652  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1811, São Paulo-SP  
www.multilaser.com.br

158.717.553/0004-17  
MULTILASER S.A. - CNPJ 06.908.000/0001-00  
Rua Juvêncio de Almeida, 100 - Jd. Santa Helena  
Bairro: Vila Matilde - CEP: 05060-000  
SÃO PAULO - SP

**Memorando 12.097/2020**

Responder apenas via 1Doc

PREFEITURA DE  
**CHAPECÓ**

Ivan T. 22ASFA

Para

14SESAU - SECRÉT...

27/04/2020 13:49

**Compra aventais impermeáveis**

Prezada Secretária Maristela B. S. Rocha

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 38.652 de 16/03/2020, que determina medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid19), cria a comissão de resposta ao coronavírus e dá outras providências;

CONSIDERANDO a declaração de Emergência em Saúde Pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e suas recomendações para prevenção da propagação;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO as recomendações da OMS, divulgadas em 27 de fevereiro de 2020, para prevenir a propagação do novo coronavírus (COVID-19) no ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à Saúde Pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Chapecó/SC;

CONSIDERANDO que COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, que seus sintomas mais comuns são: febre, tosse seca e dificuldade para respirar, os quais aparecem gradualmente e geralmente são leves; e que sua transmissão costuma ocorrer no contato com infectados, por meio de secreções, como gotículas de saliva.

CONSIDERANDO a NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI em que define EPI como "todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho", que para tanto são essenciais informações claras sobre o seu uso.

CONSIDERANDO que os protocolos elaborados para o atendimento da população nas situações relacionadas ao coronavírus preconizam o uso de EPI no atendimento dos pacientes sintomáticos, isto é, daqueles que apresentam febre, tosse, dificuldade de respirar e sintomas gripais, ou seja, o uso de EPI como item de medida de precaução de contato e por gotículas.

CONSIDERANDO que para procedimentos que envolvam a via respiratória do paciente e são geradores de aerossóis, a exemplo da intubação e da aspiração de secreções, deve-se utilizar EPI específico como item de medida de precaução por aerossóis.

CONSIDERANDO o Decreto do Estado de Santa Catarina nº 562, de 17 de abril de 2020 que declara estado de calamidade pública em todo o território de Santa Catarina.



CONSIDERANDO a PORTARIA SES Nº 251 DE 16/04/2020 que todo estabelecimento público, privado ou filantrópico em funcionamento no Estado de Santa Catarina deve assegurar que todas as pessoas, ao adentrarem ao mesmo utilizem máscaras.

CONSIDERANDO a grande demanda por EPI pelos serviços de saúde em todo o território nacional, e que para tanto é necessário considerar seu uso racional quanto aos tipos recomendados de EPI no contexto do COVID-19 de acordo com o tipo de ambiente, pessoa alvo e tipo de atividade.

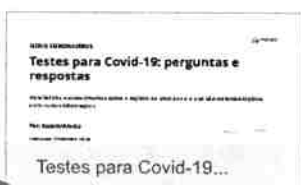
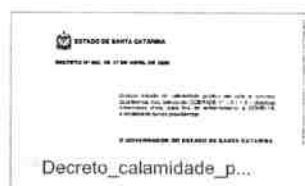
Solicito a compra emergencial de **8.000 aventais impermeáveis** para continuar a atender a rede.

Att



Ivan Valter Tierling

Gerente Assistência Farmacêutica



Despacho 1:

12.097/2020

27/04/2020 14:00

(Encaminhado)

Valdecir M. 01DAFI

FMS-COMP - Compr...

Quem já visualizou? 4 pessoas

Boa-tarde

Providenciar solicitação de compras.

Valdecir José Miotto

Diretor de Infraestrutura e Finanças

Despacho 2:

12.097/2020

Lisiane!

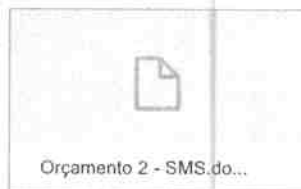
Bom-dia

(Encaminhado)

ALMOX\_SAÚDE - Al...

Favor anexar estoque de aventais que temos no almoxarifado e a demanda diária/semanal, visto que adquirimos 4.000 aventais na semana passada, para justificar essa nova compra.

*Diretor de Infraestrutura e Finanças*

[illegible]

**PROPOSTA COMERCIAL**

ITEM	DESCRICAO	UNID	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	OBS
1	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO					
2	...					
3	...					
4	...					
5	...					
6	...					
7	...					
8	...					
9	...					
10	...					
11	...					
12	...					
13	...					
14	...					
15	...					
16	...					
17	...					
18	...					
19	...					
20	...					
21	...					
22	...					
23	...					
24	...					
25	...					
26	...					
27	...					
28	...					
29	...					
30	...					
31	...					
32	...					
33	...					
34	...					
35	...					
36	...					
37	...					
38	...					
39	...					
40	...					
41	...					
42	...					
43	...					
44	...					
45	...					
46	...					
47	...					
48	...					
49	...					
50	...					
51	...					
52	...					
53	...					
54	...					
55	...					
56	...					
57	...					
58	...					
59	...					
60	...					
61	...					
62	...					
63	...					
64	...					
65	...					
66	...					
67	...					
68	...					
69	...					
70	...					
71	...					
72	...					
73	...					
74	...					
75	...					
76	...					
77	...					
78	...					
79	...					
80	...					
81	...					
82	...					
83	...					
84	...					
85	...					

Quem já visualizou? 2 pessoas

12.097/2020

(Respondido)

ALMOX\_SAÚDE

22ASFA - ASSISTÊ...

Quem já visualizou? 1 pessoa

Temos em estoque hoje 2.000 unidades de avental descartável impermeável, porém não temos nada em estoque do avental de TNT.

Com o aumento das coletas estamos fornecendo número maior de aventais impermeáveis.

Hoje o consumo sem coletas, o consumo de aventais de TNT ( controlando o fornecimento ) ficou em torno de 3.000 un mês e o avental impermeável 1.500 mês também racionando o fornecimento.

Dúvidas à disposição.

Grata!

Att

*Farmacêutica/Coordenadora Almoxxarifado*



## NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

Publicação	D.O.U.
<u>Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978</u>	06/07/78
Alterações/Atualizações	
<u>Portaria SSMT n.º 05, de 07 de maio de 1982</u>	17/05/82
<u>Portaria SSMT n.º 06, de 09 de março de 1983</u>	14/03/83
<u>Portaria DSST n.º 05, de 28 de outubro de 1991</u>	30/10/91
<u>Portaria DSST n.º 03, de 20 de fevereiro de 1992</u>	21/02/92
<u>Portaria DSST n.º 02, de 20 de maio de 1992</u>	21/05/92
<u>Portaria DNSST n.º 06, de 19 de agosto de 1992</u>	20/08/92
<u>Portaria SSST n.º 26, de 29 de dezembro de 1994</u>	30/12/94
<u>Portaria SIT n.º 25, de 15 de outubro de 2001</u>	17/10/01
<u>Portaria SIT n.º 48, de 25 de março de 2003</u>	28/03/04
<u>Portaria SIT n.º 108, de 30 de dezembro de 2004</u>	10/12/04
<u>Portaria SIT n.º 191, de 04 de dezembro de 2006</u>	06/12/06
<u>Portaria SIT n.º 194, de 22 de dezembro de 2006</u>	22/12/06
<u>Portaria SIT n.º 107, de 25 de agosto de 2009</u>	27/08/09
<u>Portaria SIT n.º 125, de 12 de novembro de 2009</u>	13/11/09
<u>Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010</u>	08/12/10
<u>Portaria SIT n.º 292, de 08 de dezembro de 2011</u>	09/12/11
<u>Portaria MTE n.º 1.134, de 23 de julho de 2014</u>	24/07/14
<u>Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015</u>	17/04/15

(Texto dado pela Portaria SIT n.º 25, de 15 de outubro de 2001)

**6.1** Para os fins de aplicação desta Norma Regulamentadora - NR, considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

**6.1.1** Entende-se como Equipamento Conjugado de Proteção Individual, todo aquele composto por vários dispositivos, que o fabricante tenha associado contra um ou mais riscos que possam ocorrer simultaneamente e que sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

**6.2** O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

**6.3** A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

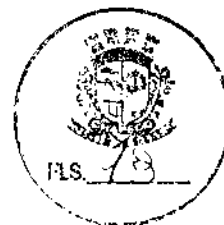
- sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
- para atender a situações de emergência.

**6.4** Atendidas as peculiaridades de cada atividade profissional, e observado o disposto no item 6.3, o empregador deve fornecer aos trabalhadores os EPI adequados, de acordo com o disposto no ANEXO I desta NR.

**6.4.1** As solicitações para que os produtos que não estejam relacionados no ANEXO I, desta NR, sejam considerados como EPI, bem como as propostas para reexame daqueles ora elencados, deverão ser avaliadas por comissão tripartite a ser constituída pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, após ouvida a CTPP, sendo as conclusões submetidas àquele órgão do Ministério do Trabalho e Emprego para aprovação.

**6.5** Compete ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, ouvida a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA e trabalhadores usuários, recomendar ao empregador o EPI adequado ao risco existente em determinada atividade. (Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)

**6.5.1** Nas empresas desobrigadas a constituir SESMT, cabe ao empregador selecionar o EPI adequado ao risco, mediante orientação de profissional tecnicamente habilitado, ouvida a CIPA ou, na falta desta, o designado e trabalhadores usuários. (Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)



**6.6 Responsabilidades do empregador.** *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

**6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:**

- a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;
- b) exigir seu uso;
- c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;
- e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;
- f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,
- g) comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada.
- h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico. *(Inserida pela Portaria SIT n.º 107, de 25 de agosto de 2009)*

**6.7 Responsabilidades do trabalhador.** *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

**6.7.1 Cabe ao empregado quanto ao EPI:**

- a) usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- b) responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- c) comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e,
- d) cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

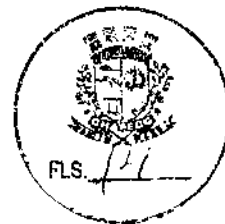
**6.8 Responsabilidades de fabricantes e/ou importadores.** *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

**6.8.1 O fabricante nacional ou o importador deverá:**

- a) cadastrar-se junto ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho; *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*
- b) solicitar a emissão do CA; *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*
- c) solicitar a renovação do CA quando vencido o prazo de validade estipulado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde do trabalho; *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*
- d) requerer novo CA quando houver alteração das especificações do equipamento aprovado; *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*
- e) responsabilizar-se pela manutenção da qualidade do EPI que deu origem ao Certificado de Aprovação - CA;
- f) comercializar ou colocar à venda somente o EPI, portador de CA;
- g) comunicar ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho quaisquer alterações dos dados cadastrais fornecidos;
- h) comercializar o EPI com instruções técnicas no idioma nacional, orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso;
- i) fazer constar do EPI o número do lote de fabricação; e,
- j) providenciar a avaliação da conformidade do EPI no âmbito do SINMETRO, quando for o caso;
- k) fornecer as informações referentes aos processos de limpeza e higienização de seus EPI, indicando quando for o caso, o número de higienizações acima do qual é necessário proceder à revisão ou à substituição do equipamento, a fim de garantir que os mesmos mantenham as características de proteção original. *(Inserido pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

**6.8.1.1** Os procedimentos de cadastramento de fabricante e/ou importador de EPI e de emissão e/ou renovação de CA devem atender os requisitos estabelecidos em Portaria específica. *(Inserido pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

**6.9 Certificado de Aprovação - CA**



**6.9.1** Para fins de comercialização o CA concedido aos EPI terá validade:

*(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

- a) de 5 (cinco) anos, para aqueles equipamentos com laudos de ensaio que não tenham sua conformidade avaliada no âmbito do SINMETRO;
- b) do prazo vinculado à avaliação da conformidade no âmbito do SINMETRO, quando for o caso.

**6.9.2** O órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, quando necessário e mediante justificativa, poderá estabelecer prazos diversos daqueles dispostos no subitem 6.9.1.

**6.9.3** Todo EPI deverá apresentar em caracteres indelével e bem visíveis, o nome comercial da empresa fabricante, o lote de fabricação e o número do CA, ou, no caso de EPI importado, o nome do importador, o lote de fabricação e o número do CA.

**6.9.3.1** Na impossibilidade de cumprir o determinado no item 6.9.3, o órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho poderá autorizar forma alternativa de gravação, a ser proposta pelo fabricante ou importador, devendo esta constar do CA.

**6.10** *(Excluído pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

**6.10.1** *(Excluído pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

**6.11** Da competência do Ministério do Trabalho e Emprego / MTE

**6.11.1** Cabe ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho:

- a) cadastrar o fabricante ou importador de EPI;
- b) receber e examinar a documentação para emitir ou renovar o CA de EPI;
- c) estabelecer, quando necessário, os regulamentos técnicos para ensaios de EPI;
- d) emitir ou renovar o CA e o cadastro de fabricante ou importador;
- e) fiscalizar a qualidade do EPI;
- f) suspender o cadastramento da empresa fabricante ou importadora; e
- g) cancelar o CA.

**6.11.1.1** Sempre que julgar necessário o órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, poderá requisitar amostras de EPI, identificadas com o nome do fabricante e o número de referência, além de outros requisitos.

**6.11.2.** Cabe ao órgão regional do MTE:

- a) fiscalizar e orientar quanto ao uso adequado e a qualidade do EPI;
- b) recolher amostras de EPI; e,
- c) aplicar, na sua esfera de competência, as penalidades cabíveis pelo descumprimento desta NR.

**6.12 e Subitens**

*(Revogados pela Portaria SIT n.º 125, de 12 de novembro de 2009)*

**ANEXO I**  
**LISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**  
*(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

**A - EPI PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA**

**A.1 - Capacete**

- a) capacete para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio;
- b) capacete para proteção contra choques elétricos;
- c) capacete para proteção do crânio e face contra agentes térmicos.



#### A.2 - Capuz ou balaclava

- a) capuz para proteção do crânio e pescoço contra riscos de origem térmica;
- b) capuz para proteção do crânio, face e pescoço contra agentes químicos;  
*(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)*
- c) capuz para proteção do crânio e pescoço contra agentes abrasivos e escoriantes;
- d) capuz para proteção da cabeça e pescoço contra umidade proveniente de operações com uso de água.  
*(Inserida pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)*

### B - EPI PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE

#### B.1 - Óculos

- a) óculos para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes;
- b) óculos para proteção dos olhos contra luminosidade intensa;
- c) óculos para proteção dos olhos contra radiação ultravioleta;
- d) óculos para proteção dos olhos contra radiação infravermelha;
- e) óculos de tela para proteção limitada dos olhos contra impactos de partículas volantes.  
*(Inserida pela Portaria MTE n.º 1.134, de 23 de julho de 2014)*

#### B.2 - Protetor facial

- a) protetor facial para proteção da face contra impactos de partículas volantes;
- b) protetor facial para proteção da face contra radiação infravermelha;
- c) protetor facial para proteção dos olhos contra luminosidade intensa;
- d) protetor facial para proteção da face contra riscos de origem térmica;
- e) protetor facial para proteção da face contra radiação ultravioleta.

#### B.3 - Máscara de Solda

- a) máscara de solda para proteção dos olhos e face contra impactos de partículas volantes, radiação ultra-violeta, radiação infra-vermelha e luminosidade intensa.

### C - EPI PARA PROTEÇÃO AUDITIVA

#### C.1 - Protetor auditivo

- a) protetor auditivo circum-auricular para proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR-15, Anexos n.º 1 e 2;
- b) protetor auditivo de inserção para proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR-15, Anexos n.º 1 e 2;
- c) protetor auditivo semi-auricular para proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR-15, Anexos n.º 1 e 2.

### D - EPI PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA

#### D.1 - Respirador purificador de ar não motorizado:

- a) peça semifacial filtrante (PFF1) para proteção das vias respiratórias contra poeiras e névoas;



b) peça semifacial filtrante (PFF2) para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos;

c) peça semifacial filtrante (PFF3) para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos;

d) peça um quarto facial, semifacial ou facial inteira com filtros para material particulado tipo P1 para proteção das vias respiratórias contra poeiras e névoas; e ou P2 para proteção contra poeiras, névoas e fumos; e ou P3 para proteção contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos;

e) peça um quarto facial, semifacial ou facial inteira com filtros químicos e ou combinados para proteção das vias respiratórias contra gases e vapores e ou material particulado.

#### D.2 - Respirador purificador de ar motorizado:

a) sem vedação facial tipo touca de proteção respiratória, capuz ou capacete para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos e ou contra gases e vapores;

b) com vedação facial tipo peça semifacial ou facial inteira para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos e ou contra gases e vapores.

#### D.3 - Respirador de adução de ar tipo linha de ar comprimido:

a) sem vedação facial de fluxo contínuo tipo capuz ou capacete para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração de oxigênio maior que 12,5%;

b) sem vedação facial de fluxo contínuo tipo capuz ou capacete para proteção das vias respiratórias em operações de jateamento e em atmosferas com concentração de oxigênio maior que 12,5%;

c) com vedação facial de fluxo contínuo tipo peça semifacial ou facial inteira para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração de oxigênio maior que 12,5%;

d) de demanda com pressão positiva tipo peça semifacial ou facial inteira para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração de oxigênio maior que 12,5%;

e) de demanda com pressão positiva tipo peça facial inteira combinado com cilindro auxiliar para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração de oxigênio menor ou igual que 12,5%, ou seja, em atmosferas Imediatamente Perigosas à Vida e à Saúde (IPVS).

#### D.4 - RESPIRADOR DE ADUÇÃO DE AR TIPO MÁSCARA AUTONOMA

a) de circuito aberto de demanda com pressão positiva para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração de oxigênio menor ou igual que 12,5%, ou seja, em atmosferas Imediatamente Perigosas à Vida e à Saúde (IPVS);

b) de circuito fechado de demanda com pressão positiva para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração de oxigênio menor ou igual que 12,5%, ou seja, em atmosferas Imediatamente Perigosas à Vida e à Saúde (IPVS).

#### D.5 - Respirador de fuga

a) respirador de fuga tipo bocal para proteção das vias respiratórias contra gases e vapores e ou material particulado em condições de escape de atmosferas Imediatamente Perigosas à Vida e à Saúde (IPVS).

#### E - EPI PARA PROTEÇÃO DO TRONCO

##### E.1 - Vestimentas

a) vestimentas para proteção do tronco contra riscos de origem térmica;

b) vestimentas para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica;

c) vestimentas para proteção do tronco contra agentes químicos;  
(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)



- d) vestimentas para proteção do tronco contra riscos de origem radioativa;
- e) vestimentas para proteção do tronco contra riscos de origem meteorológica;
- f) vestimentas para proteção do tronco contra umidade proveniente de operações com uso de água.

E.2 - Colete à prova de balas de uso permitido para vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica.

## **F - EPI PARA PROTEÇÃO DOS MEMBROS SUPERIORES**

### **F.1 - Luvas**

- a) luvas para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes;
- b) luvas para proteção das mãos contra agentes cortantes e perfurantes;
- c) luvas para proteção das mãos contra choques elétricos;
- d) luvas para proteção das mãos contra agentes térmicos;
- e) luvas para proteção das mãos contra agentes biológicos;
- f) luvas para proteção das mãos contra agentes químicos;
- g) luvas para proteção das mãos contra vibrações;
- h) luvas para proteção contra umidade proveniente de operações com uso de água;
- i) luvas para proteção das mãos contra radiações ionizantes.

### **F.2 - Creme protetor**

- a) creme protetor de segurança para proteção dos membros superiores contra agentes químicos.

### **F.3 - Manga**

- a) manga para proteção do braço e do antebraço contra choques elétricos;
- b) manga para proteção do braço e do antebraço contra agentes abrasivos e escoriantes;
- c) manga para proteção do braço e do antebraço contra agentes cortantes e perfurantes;
- d) manga para proteção do braço e do antebraço contra umidade proveniente de operações com uso de água;
- e) manga para proteção do braço e do antebraço contra agentes térmicos;
- f) manga para proteção do braço e do antebraço contra agentes químicos.  
(Inserida pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)

### **F.4 - Braçadeira**

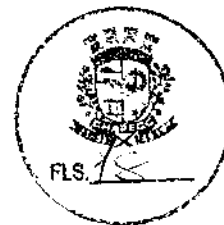
- a) braçadeira para proteção do antebraço contra agentes cortantes;
- b) braçadeira para proteção do antebraço contra agentes escoriantes.

### **F.5 - Dedeira**

- a) dedeira para proteção dos dedos contra agentes abrasivos e escoriantes.

## **G - EPI PARA PROTEÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES**





#### G.1 - Calçado

- a) calçado para proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos;
- b) calçado para proteção dos pés contra agentes provenientes de energia elétrica;
- c) calçado para proteção dos pés contra agentes térmicos;
- d) calçado para proteção dos pés contra agentes abrasivos e escoriantes;
- e) calçado para proteção dos pés contra agentes cortantes e perfurantes;
- f) calçado para proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com uso de água;
- g) calçado para proteção dos pés e pernas contra agentes químicos.  
*(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)*

#### G.2 - Meia

- a) meia para proteção dos pés contra baixas temperaturas.

#### G.3 - Perneira

- a) perneira para proteção da perna contra agentes abrasivos e escoriantes;
- b) perneira para proteção da perna contra agentes térmicos;
- c) perneira para proteção da perna contra agentes químicos;  
*(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)*
- d) perneira para proteção da perna contra agentes cortantes e perfurantes;
- e) perneira para proteção da perna contra umidade proveniente de operações com uso de água.

#### G.4 - Calça

- a) calça para proteção das pernas contra agentes abrasivos e escoriantes;
- b) calça para proteção das pernas contra agentes químicos;  
*(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)*
- c) calça para proteção das pernas contra agentes térmicos;
- d) calça para proteção das pernas contra umidade proveniente de operações com uso de água.

### H - EPI PARA PROTEÇÃO DO CORPO INTEIRO

#### H.1 - Macacão

- a) macacão para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra agentes térmicos;
- b) macacão para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra agentes químicos;  
*(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)*
- c) macacão para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra umidade proveniente de operações com uso de água.

#### H.2 - Vestimenta de corpo inteiro

- a) vestimenta para proteção de todo o corpo contra riscos de origem química;  
*(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)*
- b) vestimenta para proteção de todo o corpo contra umidade proveniente de operações com água;



c) vestimenta condutiva para proteção de todo o corpo contra choques elétricos.

**I - EPI PARA PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS COM DIFERENÇA DE NÍVEL.**

*(Alterado pela Portaria SIT n.º 292, de 08 de dezembro de 2011)*

**I.1 - CINTURÃO DE SEGURANÇA COM Dispositivo trava-queda**

a) cinturão de segurança com dispositivo trava-queda para proteção do usuário contra quedas em operações com movimentação vertical ou horizontal.

**I.2 - Cinturão DE SEGURANÇA COM TALABARTE**

a) cinturão de segurança COM TALABARTE para proteção do usuário contra riscos de queda em trabalhos em altura;

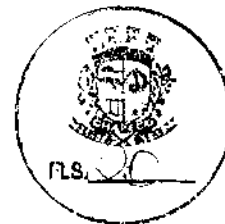
b) cinturão de segurança COM TALABARTE para proteção do usuário contra riscos de queda no posicionamento em trabalhos em altura.

**ANEXO II**

*(Excluído pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

**ANEXO III**

*(Excluído pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*



**PORTARIA SES Nº 251 DE 16/04/2020**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso das atribuições conferidas pelo art. 41, V, da Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 6º do Decreto n. 515, de 17 de março de 2020,

**CONSIDERANDO** a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** que a situação de manda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto nº 525/2020 de 23/03/2020.

**CONSIDERANDO** que compete ao Secretário de Estado da Saúde coordenar e executar as ações e serviços de vigilância, investigação e controle de riscos e danos à saúde;

**CONSIDERANDO** que compete ao Secretário de Estado da Saúde a direção do Centro de Operações em Emergência em Saúde, de acordo com a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Todo estabelecimento público, privado ou filantrópico em funcionamento no Estado de Santa Catarina deve assegurar que todas as pessoas, ao adentrarem ao mesmo:

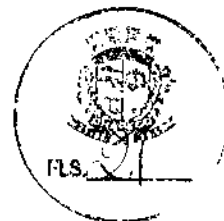
- I- Higienizem suas mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;
- II- Utilizem máscaras.

**Art.2º** A fiscalização dos estabelecimentos que estão em funcionamento ficará a cargo das equipes de Vigilância Sanitária e das equipes de Segurança Pública.

**Art.3º** O descumprimento do regramento disposto nessa Portaria constituirá infração sanitária nos termos da Lei 6.320/1983.

**Art.4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem vigência limitada ao disposto no art. 7º do Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020.

**HELTON DE SOUZA ZEFERINO**  
SECRETARIO DE ESTADO DA SAUDE



**Nota Técnica Nº. 02/2020 – CESP/SUV/SES SC**

**Assunto:** ORIENTAÇÃO SOBRE O CORRETO USO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) – MÁSCARAS E OUTROS - PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DURANTE ASSISTÊNCIA AOS CASOS CONFIRMADOS OU SUSPEITOS DE COVID-19.

**A COORDENAÇÃO ESTADUAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE (CESP)** vinculada à Superintendência de Vigilância em Saúde (SUV) da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Portaria SES nº 178, de 11 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** a declaração de Emergência em Saúde Pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e suas recomendações para prevenção da propagação;

**CONSIDERANDO** a Portaria Nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** as recomendações da OMS, divulgadas em 27 de fevereiro de 2020, para prevenir a propagação do novo coronavírus (COVID-19) **no ambiente de trabalho**;

**CONSIDERANDO** a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à Saúde Pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina;

**CONSIDERANDO** que COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, que seus sintomas mais comuns são: febre, tosse seca e dificuldade para



respirar, os quais aparecem gradualmente e geralmente são leves; e que sua transmissão costuma ocorrer **no contato com infectados, por meio de secreções, como gotículas de saliva.**

**CONSIDERANDO a NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI** em que define EPI como "todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho", que para tanto são essenciais informações claras sobre o seu uso.

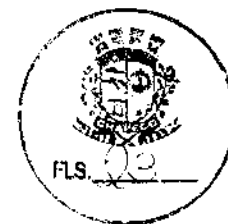
**CONSIDERANDO** que os protocolos elaborados para o atendimento da população nas situações relacionadas ao coronavírus preconizam o uso de **EPI no atendimento dos pacientes sintomáticos**, isto é, daqueles que apresentam febre, tosse, dificuldade de respirar e sintomas gripais, ou seja, o uso de EPI como item de **medida de precaução de contato e por gotículas.**

**CONSIDERANDO** que para **procedimentos que envolvam a via respiratória do paciente** e são **geradores de aerossóis**, a exemplo da intubação e da aspiração de secreções, deve-se utilizar EPI específico como item de **medida de precaução por aerossóis.**

**CONSIDERANDO** a grande demanda por EPI pelos serviços de saúde em todo o território nacional, e que para tanto é necessário considerar seu **uso racional** quanto aos tipos recomendados de EPI no contexto do COVID-19, de acordo com o **tipo de ambiente, pessoa alvo e tipo de atividade.**

A Coordenação Estadual de Segurança do Paciente (CESP), acerca das notícias veiculadas em diversos meios de comunicação sobre a metodologia e as indicações de uso dos equipamentos de proteção individual (EPIs) pelos profissionais de saúde durante o atendimento dos casos suspeitos e/ou confirmados de COVID-19, **ORIENTA:**

- **USO DA MÁSCARA CIRÚRGICA** deve ocorrer pelo profissional de saúde em uma área de assistência ao prestar cuidados aos pacientes sintomáticos com a



manutenção do distanciamento mínimo do paciente de 1 metro, cobrindo a boca e o nariz do profissional para evitar a contaminação por gotículas respiratórias. A fixação deve ser feita por tiras ou elásticos.

**PARA A COVID-19, EM SITUAÇÕES ONDE NÃO HOUVER PROCEDIMENTOS GERADORES DE AEROSSÓIS, DEVE-SE UTILIZAR MÁSCARA CIRÚRGICA PARA O PACIENTE SUSPEITO E/OU CONFIRMADO E PARA O PROFISSIONAL QUE O ASSISTE, ALÉM DAS DEMAIS MEDIDAS DE PRECAUÇÃO NECESSÁRIAS. NESTES CASOS NÃO É RECOMENDADO O USO DE MÁSCARAS N95.**

- **MATERIAL DA MÁSCARA CIRÚRGICA** deve ser de material “tecido não tecido” (TNT), possuir no mínimo uma camada interna e uma camada externa e obrigatoriamente um elemento filtrante.
- **USO DA MÁSCARA N95 OU PFF2**, segundo NBR 13.698/2011, deve ocorrer exclusivamente pelo profissional para atendimento a pacientes com doenças do trato respiratório transmitida por aerossol ou procedimentos que envolvam o trato respiratório e gerem aerossóis (intubação e aspiração naso ou orotraquel, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação com ressuscitador manual, ventilação não invasiva, exame de broncoscopia, coleta de exames em nasofaringe e orofaringe, pelos profissionais dos laboratórios de análise clínicas e afins), por conta da sua eficiência de filtragem para partículas menores que 0,3 µm.

**MÁSCARA N95 E PFF2 SÃO DE USO EXCLUSIVO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA ASSISTÊNCIA A PACIENTES COM INDICAÇÃO DE PRECAUÇÃO POR AEROSSOL OU DURANTE PROCEDIMENTOS GERADORES DE AEROSSÓIS.**

- **USO DE ABORDAGENS PARA CONSERVAÇÃO DOS EPI's E PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NUMA SITUAÇÃO DE RISCO DE DESABASTECIMENTO DESSE INSUMO EM CASOS DE PANDEMIAS.** Segundo o CDC, tais abordagens estão limitadas às máscaras N95, mesmo assim, essas máscaras devem ser descartadas antes que se tornem um risco significativo



de transmissão cruzada e/ou que sua funcionalidade seja reduzida.

- **POSSÍVEL USO PROLONGADO DA MESMA MÁSCARA N95 PARA ATENDIMENTO DE MAIS DE UM PACIENTE, DESDE QUE SEM REMOÇÃO ENTRE OS ATENDIMENTOS.** Essa estratégia pode ser implementada quando vários pacientes são infectados pelo mesmo patógeno infeccioso; quando estes pacientes estão alocados em uma área específica definida pelo serviço de saúde para evitar que o profissional de saúde circule em áreas comuns usando o EPI; quando usado barreiras adicionais que impeçam a contaminação grosseira da máscara N95, como o uso de protetor facial ou, na falta deste último, o uso de **máscara cirúrgica sobre a máscara N95.**

**NUNCA USAR A MÁSCARA CIRÚRGICA ABAIXO DA N95, POIS IMPEDE A ADEQUADA VEDAÇÃO AO ROSTO. NÃO USAR MAQUIAGENS OU BARBA QUE CAUSAM A CONTAMINAÇÃO APARENTE OU DIFICULTAM A VEDAÇÃO ADEQUADA DA MÁSCARA.**

- **AVALIAÇÃO DA FUNCIONALIDADE DA MÁSCARA N95 OU PFF2, DURANTE SEU USO PROLONGADO.** Avaliar a adequada vedação e filtragem, e seguir as recomendações dos fabricantes quanto à manutenção da integridade da mesma. Na presença de alterações, como umidade e perda de vedação, deverá descartá-la e substituí-la por outra.
- **POSSÍVEL REUTILIZAÇÃO DA MÁSCARA N95 ENTRE OS ATENDIMENTOS, PORÉM, RISCOS DEVEM SER CONSIDERADOS.** No caso de epidemias respiratórias, existem restrições para sua reutilização como o limite de vezes de reutilização e forma de utilização, principalmente no que diz respeito à sua efetividade e possibilidade de contaminação. Ressalta-se que essa **reutilização seja limitada**, apesar de não se ter definido qual esse número, deve sempre ser levado o protocolo estabelecido pela CCIH do estabelecimento de saúde.
- **IDENTIFICAÇÃO DO EPI (MÁSCARA N95 OU PFF2) EM CASO DE SUA**



**REUTILIZAÇÃO ENTRE ATENDIMENTOS.** Entre os usos, idealmente, a máscara deve ser identificada com o nome do profissional e armazenada em recipientes preferencialmente descartáveis ou laváveis após cada uso (a exemplo dos sacos de papel ou a própria embalagem da máscara), sendo mantida acondicionada em local próprio para a guarda de EPI. O local de armazenamento deve ser escolhido de modo a garantir que não exista contato entre os recipientes das máscaras de cada profissional.

- **TREINAMENTO PERMANENTE SOBRE O MANUSEIO DO EPI, INCLUINDO A COLOCAÇÃO E A RETIRADA ADEQUADA DAS MÁSCARAS.** Se possível colocar lembretes para que o profissional evite tocar nas máscaras durante seu uso. Quando ocorrer o toque na máscara N95 ou PFF2, o profissional deverá retirar as luvas e higienizar as mãos devido ao toque. Todos os **membros das equipes de respostas rápidas devem ser treinados** em como realizar a higiene das mãos e como colocar e remover EPI sem se contaminar.

- **COMO COLOCAR E RETIRAR MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA:**

- 1- Colocar a máscara na palma da mão com os elásticos caídos livremente;
- 2- Adaptar a máscara a face;
- 3- Coloque o elástico superior por trás da cabeça;
- 4- Coloque o elástico inferior ao redor do pescoço, abaixo da orelha; e
- 5- Ajustar a pinça nasal realize o teste de inspiração e expiração para ajustar vazamentos.

**Assista ao vídeo de colocação e retirada do EPI - Anvisa:**

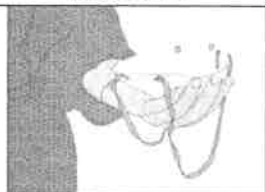
**<https://youtu.be/GtU7nvD5BI>**





### Colocação da máscara N95

**Passo 1**  
Coloque a máscara na palma da mão com as tiras caídas livremente.



**Passo 2**  
Coloque a máscara no seu rosto com a peça nasal para cima. Pegue a correia superior e a coloque atrás da cabeça.



**Passo 3**  
Pegue a correia inferior e a coloque ao redor do pescoço abaixo da orelha.



**Passo 4**  
Coloque os dois dedos de cada mão para ajustar no nariz.



**Passo 5**  
Cubra a frente do respirador com ambas mãos procurando não alterar sua posição



- **CUIDADOS DURANTE O MANEJO DA MÁSCARA N95.** Para guardar a máscara no envelope após a retirada, o profissional deverá evitar tocar a face externa da máscara. Caso seja necessário o toque, fazê-lo após a retirada das luvas e higiene das mãos, ou para acondicionar a máscara no recipiente de armazenamento. Neste momento, para garantir que a parte interna da máscara não seja contaminada, estar atento para não haver toque na área interna da mesma.
- **CUIDADOS AO VESTIR A MÁSCARA N95 PREVIAMENTE USADA.** Higienize as mãos, coloque a máscara, ajuste-a adequadamente ao rosto para vedação e, ao final do procedimento, higienize novamente as mãos.

**AS MÁSCARAS N95 DEVEM SER SEMPRE USADAS POR UM ÚNICO USUÁRIO, PELO PERÍODO MÁXIMO DE 15 DIAS\*\*, SE BEM ACONDICIONADA, LIMPA, SECA E COM SUA VEDAÇÃO FUNCIONAL.**

**\*\*PARA AUMENTAR A VIDA ÚTIL DA MÁSCARA, SUGERE-SE O USO DE PROTETOR FACIAL OU MÁSCARA CIRÚRGICA SOBREPOSTA À MÁSCARA N95.**

- **USO DE LUVAS DE PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS**, no contexto da epidemia da COVID-19, é para qualquer contato com o paciente ou seu entorno



(Precaução de Contato). Quando o procedimento a ser realizado no paciente exigir **técnica asséptica**, devem ser utilizadas **luvas estéreis (de procedimento cirúrgico)**.

• **RECOMENDAÇÕES QUANTO AO USO DE LUVAS POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE:**

- 1- As luvas de procedimento devem ser usadas pelos profissionais de saúde sempre que tiver risco de exposição a material biológico e em pacientes que estão em precaução de contato;
- 2- As luvas devem ser **colocadas imediatamente antes da assistência** ao paciente e após a higienização das mãos;
- 3- As luvas devem ser **removidas imediatamente após a assistência** ao paciente, ainda dentro do quarto ou área de isolamento e descartadas como resíduo infectante para os pacientes em precaução de contato ou quando sujas com grande quantidade de material biológico. Após a retirada e o descarte da luva o profissional, higienizar as mãos;
- 4- Nunca toque desnecessariamente superfícies e materiais (telefones, maçanetas, portas e outros), enquanto estiver com luvas;
- 5- Não lavar ou usar novamente o mesmo par de luvas. **As luvas nunca devem ser reutilizadas;**
- 6- **O uso de luvas não substitui a higiene das mãos;**
- 7- **Não devem ser utilizadas duas luvas** para o atendimento dos pacientes. Esta ação não garante mais segurança à assistência;
- 8- **Realizar a higiene das mãos imediatamente após a retirada das luvas; e**
- 9- Atentar para a **técnica correta de remoção de luvas** a fim de evitar a contaminação das mãos:

- |   |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"><li>a- Retire as luvas puxando a primeira pelo lado externo do punho com os dedos da mão oposta.</li><li>b- Segure a luva removida com a outra mão enluvada.</li><li>c- Toque a parte interna do punho da mão enluvada com o dedo indicador oposto (sem luvas) e retire a outra luva.</li></ol> |
|---|

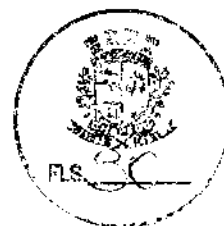


- **USO DO PROTETOR OCULAR OU PROTETOR OCULAR DE SOBREPOR OU PROTETOR DE FACE (FACE SHIELD).** Os óculos de proteção ou os protetores faciais, que cubram a frente e os lados do rosto, **devem ser de uso exclusivo do profissional e utilizados quando houver risco de exposição do profissional a respingos de sangue, secreções corporais e excreções.** Após o seu uso, realizar limpeza com água e sabão e posterior desinfecção com álcool líquido 70%, hipoclorito de sódio ou outro desinfetante recomendado pelo fabricante.
- **USO DO CAPOTE OU AVENTAL DE GRAMATURA MÍNIMA DE 30g/m<sup>2</sup>, de mangas longas, punho de malha ou elástico e abertura posterior** para evitar a contaminação da pele e da roupa do profissional. O profissional deve avaliar a necessidade do uso de capote ou avental impermeável (estrutura impermeável e gramatura mínima de 50 g/m<sup>2</sup>) a depender do quadro clínico do paciente (vômitos, diarreia, hipersecreção orotraqueal, sangramento, etc).
- **MATERIAL DO CAPOTE OU AVENTAL** deve ser de boa qualidade, atóxico, hidro/hemorrepelente, hipoalérgico, com baixo desprendimento de partículas e resistente, proporcionar barreira antimicrobiana efetiva sob o “Teste de Eficiência de Filtração Bacteriológica – BFE” e permitir a execução de atividades com conforto e estar disponível em vários tamanhos.
- **REMOÇÃO E DESCARTE DO CAPOTE OU AVENTAL COMO RESÍDUO INFECTANTE** após a realização do procedimento e antes de sair do quarto do paciente ou da área de assistência. Após a remoção do capote deve-se realizar a higiene das mãos para evitar a transmissão dos vírus para o profissional, os pacientes e o ambiente. **Assista ao vídeo de colocação e retirada do EPI - Anvisa: [https://youtu.be/G\\_tU7nvD5BI](https://youtu.be/G_tU7nvD5BI)**
- **USO DO GORRO** para a proteção dos cabelos e cabeça dos profissionais **em procedimentos que podem gerar aerossóis.** Deve ser de material descartável e removido após o uso.
- **OBSERVAR A CORRETA SEQUÊNCIA DE COLOCAÇÃO DOS EPIs (CAPOTE/**



**AVENTAL, MÁSCARA, GORRO, ÓCULOS E LUVAS):**

<b>COLOCAÇÃO</b>	<b>RETIRADA</b>
1- HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS	1- LUVAS
2- CAPOTE/AVENTAL	2- HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS
3- MÁSCARA	3- CAPOTE/AVENTAL
4- GORRO	4- HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS
5- ÓCULOS	5- GORRO
6- LUVAS	6- ÓCULOS
	7- MÁSCARA
	8- HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS



Por fim, somado ao **uso apropriado do EPI**, lembrar sempre que: a **higiene frequente das mãos** deve ser realizada (antes e após o uso do EPI) e que o **EPI deve ser descartado em lixo infectante (saco vermelho, classe A1)** após cada uso; que o **serviço de saúde deve fornecer capacitação** para todos os profissionais de saúde (próprios ou terceirizados) para a prevenção da transmissão de agentes infecciosos; que **todos os profissionais de saúde devem ser treinados para o uso dos EPI**, inclusive os dispositivos de proteção respiratória (máscaras cirúrgicas e máscaras N95 ou equivalente); que o **serviço de saúde deve certificar de que os profissionais de saúde foram instruídos**, treinados e tenham praticado o uso apropriado dos EPI antes de cuidar de um caso suspeito ou confirmado de infecção pelo novo coronavírus, incluindo a atenção ao uso correto de EPI, teste de vedação da máscara N95, quando necessário o seu uso, e a prevenção de contaminação de roupas, pele e ambiente durante o processo de remoção de tais equipamentos.

E, em tempos de surto pandêmico, é também pertinente considerar o **uso racional, técnico e estratégico dos EPIs**, no qual a demanda pelo insumo é maior do que o disponibilizado. **Para tanto, segue tabela de indicações (ANEXO 1)** de EPI para cada tipo de ambiente de atendimento, pessoa alvo e tipo de atividade a ser executada, segundo OMS (2020).

Florianópolis, 22 de março de 2020.

Christiany Zanzi

Elisângela W. Schappo

**Coordenação Estadual de Segurança do Paciente - CESP/SUV/SES SC**



**ANEXO 1<sup>1</sup> - TIPOS RECOMENDADOS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL NO CONTEXTO DO COVID-19, DE ACORDO COM O TIPO DE AMBIENTE, PESSOA ALVO E TIPO DE ATIVIDADE\***

Ambiente		Pessoa Alvo	Tipo de Atividade	Tipo de EPI
Instalações de Saúde				
Instalações Hospitalares				
Quarto do paciente	Profissionais da saúde	Cuidado direto com o paciente	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular (óculos ou máscara facial)	
		Procedimentos que geram aerossóis em pacientes com COVID-19	Máscara N95 ou FFP2 Capote Luvas Proteção ocular Avental	
	Profissionais da higiene e limpeza	Entrada no quarto do paciente com COVID-19	Máscara cirúrgica Capote Luvas de trabalho pesado Proteção ocular (se houver risco de respingo de materiais orgânicos ou químicos) Botas ou sapatos de trabalho fechados.	
	Visitantes**	Entrada no quarto do paciente com COVID-19	Máscara cirúrgica Capote Luvas	
Outras áreas com trânsito do paciente (pátios, corredores)	Todos os funcionários, incluindo profissionais da saúde	Qualquer, <u>não envolvendo</u> contato com o paciente portador de COVID-19	Sem EPI requerido	
Triagem	Profissionais da saúde	Triagem preliminar não envolvendo contato direto***	Distância espacial de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido	
	Paciente com sintomas respiratórios	Qualquer	Distância espacial de pelo menos 1 metro Máscara médica se tolerado	
	Paciente sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido	
Laboratório	Técnico de laboratório	Manipulação de amostras respiratórias	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular (se houver risco de respingo)	
Áreas administrativas	Todos os funcionários, incluindo profissionais da saúde	Tarefas administrativas sem contato com pacientes portadores de COVID-19	Sem EPI requerido	



Instalações ambulatoriais			
Sala de consultas	Profissionais da saúde	Exame físico de pacientes com sintomas respiratórios	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular
		Exame físico de pacientes sem sintomas respiratórios	EPI de acordo com o padrão de precauções
	Pacientes com sintomas respiratórios	Qualquer tipo	Máscara cirúrgica se tolerado
	Pacientes sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
	Profissionais da higiene e limpeza	Depois/Entre consultas de pacientes com sintomas respiratórios	Máscara cirúrgica Capote Luvas de trabalho pesado Proteção ocular (se houver risco de respingo de materiais orgânicos ou químicos) Botas ou sapatos de trabalho fechados.
Sala de espera	Pacientes com sintomas respiratórios	Qualquer	Máscara cirúrgica Transferência imediata da pessoa para uma sala de isolamento ou área separada distante de outras pessoas. Se não for viável, prover distância espacial de pelo menos 1 metro de outros pacientes.
	Pacientes sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
Áreas administrativas	Todos os funcionários, incluindo profissionais da saúde	Tarefas administrativas	Sem EPI requerido
Triagem	Profissionais da saúde	Triagem preliminar sem envolver contato direto***	Distância espacial de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido
	Pacientes com sintomas respiratórios	Qualquer	Distância espacial de pelo menos 1 metro Máscara médica de tolerado
	Pacientes sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
Comunidade			
Casa	Paciente com sintomas respiratórios	Qualquer (exceto quando dormindo)	Distância espacial de pelo menos 1 metro Máscara médica se tolerado



	Cuidador	Quando entrando no quarto do paciente, mas não provendo assistência direta	Máscara cirúrgica
	Cuidador	Quando provendo assistência direta ou quando manipulando fezes, urina ou secreções do paciente portador de COVID-19.	Luvas Máscara cirúrgica Avental (se houver risco de respingos)
	Profissionais da saúde	Assistência direta ao paciente portador de COVID-19	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular
Áreas públicas (escolas, shoppings, estações, etc.)	Indivíduos sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
<b>Pontos de entrada</b>			
Áreas administrativas	Todos os funcionários	Qualquer tipo	Sem EPI requerido
Área de triagem	Funcionários	Primeira triagem ( aferição de temperatura) sem envolver contato direto***	Distância espacial de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido
	Funcionários	Segunda triagem (entrevista com paciente apresentando sintomas de febre), sugerindo portar.	Máscara cirúrgica Luvas
		COVID-19 e com histórico de viagem.	
	Profissionais da higiene e limpeza	Quando limpando a área onde pacientes com febre estão em processo de triagem	Máscara cirúrgica Capote Luvas de trabalho pesado Proteção ocular (se houver risco de respingo de matéria orgânica ou química) Botas ou sapatos de trabalho fechados
Área de isolamento temporária	Funcionários	Quando entrando na área de isolamento, mas não provendo assistência direta	Distância espacial de pelo menos 1 metro Máscara cirúrgica
	Funcionários/Funcionários da saúde	Provendo assistência de transporte do paciente para uma instalação de saúde	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular





	Profissionais da higienização e limpeza	Quando limpando a área de isolamento	Máscara cirúrgica Capote Luvas de trabalho pesado Proteção ocular (se houver risco de respingo de matéria orgânica ou química) Botas ou sapatos de trabalho fechados
Ambulância/ Veículo de transporte	Profissionais da saúde	Transporte de pacientes em suspeita de portar COVID-19 à instalação de saúde de referência.	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular
	Motorista	Quando o transporte do paciente suspeito de portar COVID-19 se dá em veículo com compartimento isolado para o motorista	Distância espacial de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido
		Ao dar assistência no embarque do paciente suspeito de portar COVID-19	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular
		Sem contato direto com o paciente suspeito de portar COVID-19, mas não há separação entre a cabine do motorista e o compartimento do paciente.	Máscara cirúrgica
	Paciente suspeito de portar COVID-19	Durante o transporte para a instalação de saúde de referência	Máscara cirúrgica se tolerado
	Profissionais da higienização e limpeza	Depois/entre o transporte de pacientes com suspeita de portar COVID-19.	Máscara cirúrgica Capote Luvas de trabalho pesado Proteção ocular (se houver risco de respingo de matéria orgânica ou química) Botas ou sapatos de trabalho fechados
<b>Considerações especiais para as equipes de respostas rápidas assistindo investigações de saúde pública ****</b>			
Comunidade	Investigadores das Equipes de respostas Rápidas	Entrevistando pacientes suspeitos ou confirmados	Sem EPI requerido se feito remotamente (i.e.,
		de portar COVID-19 ou seus contatos	telefone ou vídeo conferência)  <i>Este deve ser o método preferencial</i>



		Entrevista presencial e sem contato direto com o paciente suspeito ou confirmado de portar COVID-19	Máscara cirúrgica Distância espacial de pelo menos 1 metro  <i>A entrevista deve acontecer fora de casa ou ao ar livre e os pacientes portadores de COVID-19 devem também estar vestido máscara médica.</i>
		Entrevista presencial com contatos assintomáticos do paciente portador de COVID-19	Distância espacial de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido  <i>A entrevista deve acontecer fora de casa ou ao ar livre. Se for necessário entrar na casa, confirmar usando um scanner térmico que o indivíduo não possui febre, manter distância espacial de pelo menos 1 metro e não tocar em nada no ambiente.</i>

\*Em adição ao uso apropriado do EPI, a higiene frequente das mãos e respiratória deve sempre ser realizada. O EPI deve ser descartado em um container apropriado após cada uso e a higiene das mãos deve ser feita antes e após o uso de cada EPI.

\*\*Visitantes devem ser restringidos. Se a entrada dentro do quarto do paciente portador de COVID-19 é extremamente necessária, os processos de colocar e remover o EPI e a higiene das mãos realizados pelo visitante não treinado deve ser supervisionado por um profissional da saúde.

\*\*\* Inclui termômetros sem toque, câmeras de imagem térmica, e questionamentos/observações com distância espacial de pelo menos 1 metro.

\*\*\*\* Todos os membros das equipes de respostas rápidas devem ser treinados em como realizar a higiene das mãos e como colocar e remover EPI sem se contaminar.

<sup>1</sup> Fonte: Rational use of personal protective equipment for coronavirus disease (COVID-19): interim guidance. 27 fev 2020. Geneva: **World Health Organization**; 2020.



Nota de Alerta n.º 003/2020 - DIVS/SUV/SES/SC

**ALERTA SANITÁRIO: ORIENTAÇÃO SOBRE O USO DE EQUIPAMENTOS E PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPIs (LUVAS, MÁSCARAS, DENTRE OUTROS) PARA POPULAÇÃO E TRABALHADORES EM GERAL**

A Diretoria de Vigilância Sanitária de Santa Catarina (DIVS) **ALERTA E ORIENTA** sobre a utilização de luvas e máscaras pelos profissionais da saúde em geral, em harmonia com as diretrizes determinadas pelo Ministério da Saúde

As máscaras apenas devem ser utilizadas pelos pacientes sintomáticos, suspeitos do novo coronavírus e pelos profissionais da área da saúde que prestam assistência a pacientes.

Os profissionais de saúde além das máscaras devem utilizar os demais Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e paramentação já descritos em nota específica.

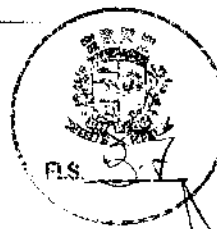
A população em geral e os trabalhadores de serviços essenciais, que não prestem atendimento a pacientes, não devem utilizar máscaras ou luvas, visto que, não haverá eficácia maior de proteção do que a higienização frequente das mãos e as demais medidas de proteção individuais.

Para os trabalhadores de indústrias, devem ser utilizados os EPIs já de rotina, conforme a atividade que desenvolvem.

Essas recomendações estão de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde (MS) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e são necessárias para evitar o uso indiscriminado destes Equipamentos de Proteção Individual, além de se evitar a falsa ideia de que simplesmente o uso já é suficiente para a prevenção do contágio, o que pode acarretar um descuido nas demais medidas de prevenção e cuidados essenciais.

Florianópolis, 22 de março de 2020.

LUCÉLIA SCARAMUSSA RIBAS KRYCKYJ  
Diretora de Vigilância Sanitária/SES/SC



PREFEITURA DE CHAPECÓ  
SECRETARIA DE SAÚDE

Nota técnica em conjunto n. 001/2020

*APROVADO  
Ao Grupo de Trabalho  
P/S. 37  
29/03/2020  
2020*

**Assunto:** ORIENTAÇÃO SOBRE O CORRETO USO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) PELOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA, ATENÇÃO ESPECIALIZADA, VIGILÂNCIAS EM SAÚDE E AMBULATÓRIO DE CAMPANHA DURANTE ASSISTÊNCIA AOS CASOS CONFIRMADOS OU SUSPEITOS DE COVID-19.

**CONSIDERANDO** as recomendações da OMS, divulgadas em 27 de fevereiro de 2020, para prevenir a propagação do novo coronavírus (COVID-19) **no ambiente de trabalho;**

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal 38.652, de 16 de março de 2020, o qual determina medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), cria a Comissão de Resposta ao Coronavírus e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** as orientações da Nota Técnica Conjunta n. 02/2020, a qual orienta sobre o correto uso dos equipamentos de proteção individual (EPIs) pelos profissionais de saúde na assistência aos casos confirmados ou suspeitos de COVID-19;

**CONSIDERANDO** que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à Saúde Pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Chapecó;

**CONSIDERANDO** a NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI em que define EPI como "todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho", que para tanto são essenciais informações claras sobre o seu uso;

**CONSIDERANDO** a grande demanda por EPI pelos serviços de saúde em todo o território nacional, e que para tanto é necessário considerar seu **uso racional** quanto aos tipos recomendados de EPI no contexto do COVID-19, de acordo com o **tipo de ambiente, pessoa alvo e tipo de atividade;**

A Secretaria de Saúde, por meio do Grupo de Trabalho sobre Equipamentos de Proteção Individual (EPI), insumos e equipamentos para enfrentamento da emergência em saúde instituído pela Portaria SESA N.195/2020 de 23/03/2020, **ORIENTA:**



**1) USO DA MÁSCARA CIRÚRGICA:** deve ocorrer pelo profissional de saúde em uma área de atendimento ao prestar assistência aos pacientes sintomáticos com a manutenção do distanciamento mínimo do paciente de 1 metro, cobrindo a boca e o nariz do profissional para evitar a contaminação por gotículas respiratórias. Antes de tocar nas máscaras, lavar as mãos. A máscara cirúrgica não pode ser reutilizada.

PARA A COVID-19, EM SITUAÇÕES ONDE NÃO HOUVER PROCEDIMENTOS GERADORES DE AEROSSÓIS, DEVE-SE UTILIZAR MÁSCARA CIRÚRGICA PARA O PACIENTE SUSPEITO E/OU CONFIRMADO E PARA O PROFISSIONAL QUE O ASSISTE, ALÉM DAS DEMAIS MEDIDAS DE PRECAUÇÃO NECESSÁRIAS. NESTES CASOS NÃO É RECOMENDADO O USO DE MÁSCARAS N95.

**2) USO DA MÁSCARA N95 OU PFF2:** deve ocorrer exclusivamente pelo profissional para atendimento a pacientes com doenças do trato respiratório transmitida por aerossol ou procedimentos que envolvam o trato respiratório e gerem aerossóis (intubação e aspiração naso ou orotraqueal, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação com ressuscitador manual, ventilação não invasiva, sondagem nasogástrica ou nasoentérica, exame de broncoscopia, coleta de exames em nasofaringe e orofaringe, pelos profissionais dos laboratórios de análise clínicas e afins), por conta da sua eficiência de filtragem para partículas menores que 0,3 µm.

MÁSCARA N95 E PFF2 SÃO DE USO EXCLUSIVO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA ASSISTÊNCIA A PACIENTES COM INDICAÇÃO DE PRECAUÇÃO POR AEROSSOL OU DURANTE PROCEDIMENTOS GERADORES DE AEROSSÓIS.

## 2.1 CUIDADOS

- a) Nunca usar a máscara cirúrgica abaixo da N95, pois impede a adequada vedação ao rosto. Não usar maquiagens ou barba que causam contaminação aparente ou dificultam a vedação adequada da máscara.
- b) É possível o uso prolongado da mesma máscara N95 para atendimento de mais de um paciente. Para reutilização, a máscara deve ser acondicionada em recipiente descartável (manter na embalagem própria) identificado com o nome de profissional. O local de armazenamento das máscaras deve ser escolhido de modo a garantir que não exista contato entre as embalagens das máscaras de cada profissional.
- c) Para guardar a máscara após a retirada, o profissional deverá evitar tocar a face externa da máscara. Caso seja necessário o toque, fazê-lo após a retirada das luvas e higiene das mãos. Para garantir que a máscara não seja contaminada, estar atento para não haver toque na área interna da mesma.

— g —

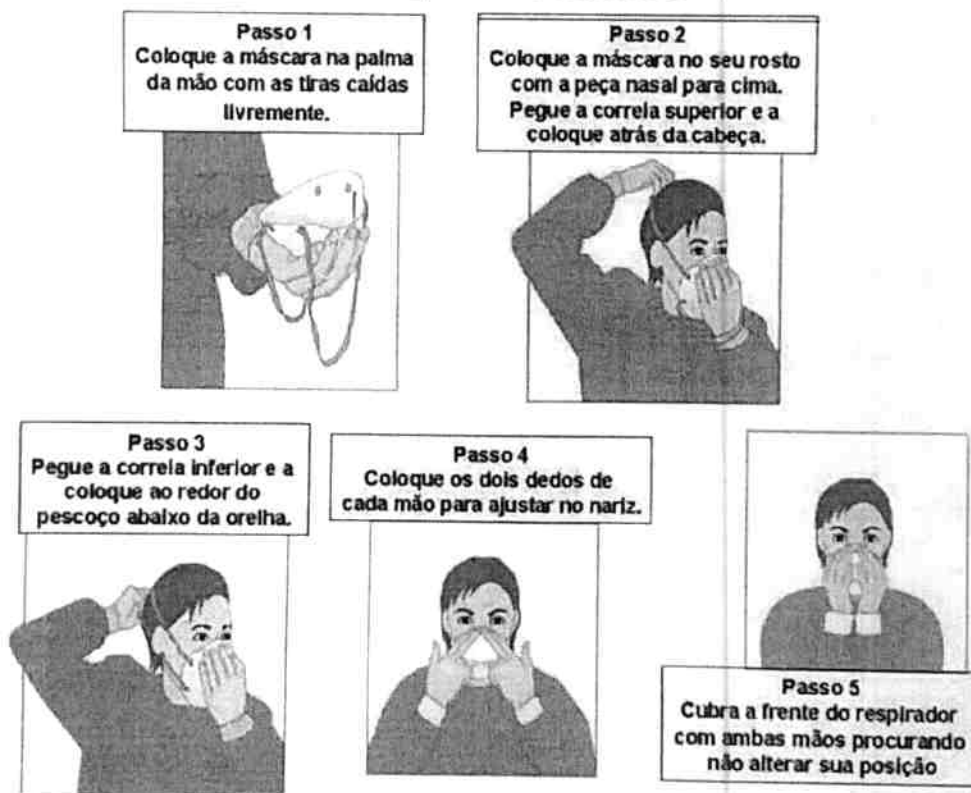


d) Ao vestir a máscara N95 previamente usada, higienize as mãos, coloque a máscara, ajuste-a adequadamente ao rosto para vedação e, ao final do procedimento, higienize novamente as mãos.

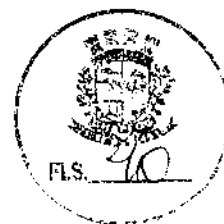
### 2.1.1 Como colocar e retirar máscara de proteção respiratória

- 1- Colocar a máscara na palma da mão com os elásticos caídos livremente.
- 2- Adaptar a máscara à face.
- 3- Coloque o elástico superior por trás da cabeça.
- 4- Coloque o elástico inferior ao redor do pescoço, abaixo da orelha.
- 5- Ajustar a pinça nasal realize o teste de inspiração e expiração para ajustar vazamentos.

#### Colocação da máscara N95



AS MÁSCARAS N95 DEVEM SER SEMPRE USADAS POR UM ÚNICO USUÁRIO, PELO PERÍODO MÁXIMO DE 15 DIAS, SE BEM ACONDICIONADA, LIMPA, SECA E COM SUA VEDAÇÃO FUNCIONAL.



**3) USO DE LUVAS DE PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS:** no contexto da epidemia da COVID-19 deve ser usada para qualquer contato com o paciente ou seu entorno (precaução de contato). Quando o procedimento a ser realizado no paciente exigir técnica asséptica, devem ser utilizadas luvas estéreis (de procedimento cirúrgico).

a) As luvas devem ser colocadas imediatamente antes da assistência ao paciente e após a higienização das mãos.

b) As luvas devem ser removidas imediatamente após a assistência ao paciente e descartadas como resíduo infectante. Após a retirada e o descarte da luva, o profissional deve higienizar as mãos.

c) Nunca tocar desnecessariamente superfícies e materiais (telefones, maçanetas, portas e outros), enquanto estiver com luvas.

d) Não lavar ou usar novamente o mesmo par de luvas. As luvas nunca devem ser reutilizadas.

e) O uso de luvas não substitui a higiene das mãos.

f) Não devem ser utilizadas duas luvas para o atendimento dos pacientes. Esta ação não garante mais segurança à assistência.

g) Realizar a higiene das mãos imediatamente após a retirada das luvas.

h) Atentar para a técnica correta de remoção de luvas a fim de evitar a contaminação das mãos:

- a- Retire as luvas puxando a primeira pelo lado externo do punho com os dedos da mão oposta.
- b- Segure a luva removida com a outra mão enluvada.
- c- Toque a parte interna do punho da mão enluvada com o dedo indicador oposto (sem luvas) e retire a outra luva.

**4) USO DO PROTETOR OCULAR OU PROTETOR OCULAR DE SOBREPOR OU PROTETOR DE FACE (FACE SHIELD).** Os óculos de proteção ou os protetores faciais, que cubram a frente e os lados do rosto, devem ser utilizados quando houver risco de exposição do profissional a respingos de sangue, secreções corporais e excreções. Após o seu uso, realizar limpeza com água e sabão e posterior desinfecção com álcool líquido 70%.

**5) USO DO AVENTAL:** será utilizado por profissionais no momento do exame físico como precaução de contato ou em risco de exposição a aerossóis, secreções corporais, sangue e excreções, além de situações de transporte de pacientes. Após a remoção do avental deve-se



realizar a higiene das mãos para evitar a transmissão dos vírus para o profissional, os pacientes e o ambiente.

**6) USO DO GORRO:** deve ser usado para a proteção dos cabelos e da cabeça dos profissionais no momento do exame físico como precaução de contato ou em risco de exposição a aerossóis, secreções corporais, sangue e excreções, além de situações de transporte de pacientes. Deve ser de material descartável e removido após o turno ou em caso de exposição a agentes contaminantes e/ou úmidos.

**OBSERVAR A CORRETA SEQUÊNCIA DE COLOCAÇÃO DOS EPIs (AVENTAL, MÁSCARA, GORRO, ÓCULOS E LUVAS):**

**Colocação:** higienização das mãos > avental > máscara > gorro > óculos > luvas

**Retirada:** Avental e luvas > higienização das mãos > óculos > gorro > higienização das mãos > máscara (evitar tocar na parte anterior da máscara) > higienização das mãos

**7) RESUMO: TIPOS RECOMENDADOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL NO CONTEXTO DO COVID-19, DE ACORDO COM O TIPO DE AMBIENTE, PESSOA ALVO E TIPO DE ATIVIDADE**

Tipo de cenário	Pessoa alvo do cenário	Tipo de atividade	Tipo de EPI
<b>Instalações de saúde/ambulatoriais/serviços de urgência e emergência</b>			
Sala de consultas	Profissionais da saúde	Exame físico de pacientes com sintomas respiratórios	Máscara cirúrgica Avental Luvas Proteção ocular Gorro
	Pacientes com sintomas respiratórios	Qualquer tipo	Máscara cirúrgica
	Pacientes sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
	Profissionais de higiene e limpeza*	Depois/Entre consultas de pacientes com sintomas respiratórios	Máscara cirúrgica Avental Gorro Luvas de trabalho pesado Proteção ocular (se houver risco de respingo de materiais orgânicos ou químicos) Botas ou sapatos de trabalho fechados
Sala de espera	Pacientes com sintomas respiratórios	Qualquer	Máscara cirúrgica Priorizar atendimento Transferência imediata da pessoa para área separada ou, minimamente, distância espacial de pelo menos 1,5 m de outros pacientes





	Pacientes sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
Áreas administrativas	Todos os funcionários, incluindo profissionais da saúde	Tarefas administrativas	Sem EPI requerido
<b>Pontos de entrada</b>			
Recepção	Profissionais da saúde	Escuta sem contato direto com o paciente	Distância espacial de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido
Área da triagem	Profissionais da saúde	Triagem com contato direto com o paciente**	Máscara cirúrgicas Avental Gorro Óculos de proteção Luvas
	Profissionais da higiene e limpeza	Quando limpando a área onde pacientes com febre estão em processo de triagem	Máscara cirúrgicas Avental Gorro Luvas de trabalho pesado proteção ocular (se houver risco de respingo de matéria orgânica ou química) Botas ou sapatos de trabalho fechados
Área de isolamento temporário	Profissionais de saúde	Provendo assistência ao paciente	Máscaras cirúrgicas Avental Gorro Luvas Proteção ocular
	Profissionais da higienização e limpeza	Quando limpando a área de isolamento	Máscara cirúrgicas Avental Gorro Luvas de trabalho pesado proteção ocular (se houver risco de matéria orgânica ou química) Botas ou sapatos de trabalho fechados
Ambulância/Veículo de transporte	Profissionais da saúde	Transporte de pacientes com sintomas respiratórios	Máscara cirúrgicas Avental Gorro Luvas Proteção ocular
	Motorista	Quando o transporte do paciente se dá em veículo de compartimento isolado para o motorista	Distância de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido
		Ao dar assistência no embarque do paciente suspeito de portar	Máscara cirúrgicas Avental Gorro Luvas Proteção ocular
		Sem contato direto com o paciente, mas não há separação entre o cabine do motorista e o compartimento do paciente	Máscara cirúrgica



	Paciente suspeito	Durante o transporte para a instalação de saúde de referência	Máscara cirúrgica
--	-------------------	---	-------------------

\*Disponibilizado pela Orbenk.

\*\*Aferir pressão arterial e realizar hemoglicoteste somente em casos de extrema necessidade.

\*\*\*A máscara cirúrgica deve ser substituída pela N95 em qualquer um dos cenários desde que o profissional esteja realizando procedimentos que envolvam o trato respiratório e gerem aerossóis (intubação e aspiração naso ou orotraqueal, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação com ressuscitador manual, ventilação não invasiva, sondagem nasogástrica ou nasoentérica, exame de broncoscopia, coleta de exames em nasofaringe e orofaringe, pelos profissionais dos laboratórios de análise clínicas e afins).

Fonte: Nota Técnica Conjunta n. 02/2020 – CESP/DIVS/SUV/SES SC. Disponível em: <[http://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/Nota\\_Tecnica\\_n\\_002\\_2020\\_CESP\\_SUV\\_SES\\_SC.pdf](http://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/Nota_Tecnica_n_002_2020_CESP_SUV_SES_SC.pdf)>.

Adaptado para o município pelas enfermeiras Maira Scaratti e Micheli Bordignon.

Revisado pela médica infectologista Carine Kolling.

Aprovado em 26 de março de 2020 pelo Grupo de Trabalho sobre Equipamentos de Proteção Individual (EPI), insumos e equipamentos para enfrentamento da emergência.

Farmacêutico Ivan Tierling  
Gerente de Assistência Farmacêutica

Enfermeira Lígia Schacht  
Gerente de Atenção Básica

Dentista Nilton José Storgatto  
Gerente de Saúde Bucal

Enfermeira Leandra Oliveira Porto  
Gerente de Atenção Especializada

Enfermeira Fátima Piovesan  
Gerente de Vigilância em Saúde

Wilson José Alves de Oliveira  
Técnico em Segurança no Trabalho



ESTADO DE SANTA CATARINA



**DECRETO N° 562, DE 17 DE ABRIL DE 2020**

Declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**  
no uso das atribuições privativas que lhe conferem os incisos I, III e IV, alínea "a",  
do art. 71 da Constituição do Estado, conforme o disposto na Lei federal nº 13.979,  
de 6 de fevereiro de 2020, e de acordo com o que consta nos autos do processo  
nº SDC 1317/2020,

**DECRETA:**

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica declarado estado de calamidade pública em todo o território catarinense, para fins de enfrentamento à epidemia da COVID-19, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública, tornam-se obrigatórias as medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 previstas neste Decreto.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Saúde (SES), por meio do Centro de Operações e Emergências em Saúde (COES), é o órgão central do Poder Executivo de coordenação técnica das ações necessárias ao enfrentamento de que trata o art. 1º deste Decreto.

Parágrafo único. Fica estabelecido que o Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD) da Defesa Civil, localizado em Florianópolis, será o Gabinete de Enfrentamento da COVID-19.

Art. 4º Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual deverão atuar articuladamente com a SES para o fiel cumprimento do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A articulação de que trata o *caput* deste artigo poderá englobar também a Sociedade Civil e os Poderes Legislativo e Judiciário Estadual, Federal e do Trabalho, o Ministério Público Estadual, Federal e do Trabalho e o Tribunal de Contas do Estado.



## CAPÍTULO II DAS MEDIDAS GERAIS DE ENFRENTAMENTO

Art. 5º Para o enfrentamento do estado de calamidade pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

- I – isolamento;
- II – quarentena;
- III – determinação de realização compulsória de:
  - a) exames médicos;
  - b) testes laboratoriais;
  - c) coleta de amostras clínicas;
  - d) vacinação e outras medidas profiláticas; e
  - e) tratamentos médicos específicos;
- IV – estudo ou investigação epidemiológica;
- V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e
- VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

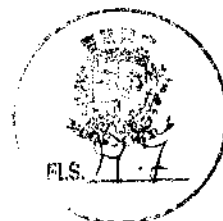
I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada “Tabela SUS”, quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados da SES.

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração do estado de calamidade pública e envolverá, especialmente:





d) o calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada; e

e) as atividades em academias, clubes, cinemas, teatros, casas noturnas, bem como a realização de shows e espetáculos.

§ 1º Além das atividades e dos serviços suspensos conforme o disposto neste artigo, fica proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja interno ou externo, conforme regras sanitárias emitidas pelo COES da SES.

§ 2º Fica autorizada a comercialização de alimentos e bebidas por bares, cafés, restaurantes e similares somente no sistema de tele-entrega ou retirada no estabelecimento.

Art. 9º Fica autorizado, em todo o território catarinense, o funcionamento de agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito, exclusivamente para atendimento de pessoas que necessitem de serviços presenciais.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 11 deste Decreto às atividades de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 10. A operação de atividades industriais em todo o território catarinense somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o *caput* deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais expressamente considerados em ato do Secretário de Estado da Saúde, na forma do art. 32 deste Decreto.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e

IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.



Art. 11. Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicações e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água;

VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;

IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, além de produção, transporte e distribuição de gás natural;

X – iluminação pública;

XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XII – serviços funerários;

XIII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XIV – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XVI – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVII – vigilância agropecuária internacional;



- XVIII – controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;
- XIX – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
- XX – serviços postais;
- XXI – transporte e entrega de cargas em geral;
- XXII – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
- XXIII – fiscalização tributária e aduaneira;
- XXIV – produção e distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro;
- XXV – fiscalização ambiental;
- XXVI – produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;
- XXVII – monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;
- XXVIII – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;
- XXIX – mercado de capitais e seguros;
- XXX – cuidados com animais em cativeiro;
- XXXI – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;
- XXXII – atividades da imprensa;
- XXXIII – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;
- XXXIV – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 10;
- XXXV – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega (*delivery*) de alimentos;





XXXVI – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;

XXXVII – agropecuárias;

XXXVIII – manutenção de elevadores;

XXXIX – atividades industriais, observado o disposto no art. 10 deste Decreto;

XL – oficinas de reparação de veículos;

XLI – serviços de guincho;

XLII – as atividades finalísticas da:

- a) Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP);
  - b) Secretaria de Estado da Saúde (SES);
  - c) Defesa Civil (DC);
  - d) Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP);
  - e) Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC); e
  - f) Diretoria de Relações e Defesa do Consumidor (PROCON); e
- XLIII – unidades de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE).

§ 1º Ato do Secretário de Estado da Saúde, na forma do art. 32 deste Decreto, poderá considerar outros serviços públicos ou atividades como essenciais.

§ 2º A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI do *caput* deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.

§ 3º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 4º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 5º Os estabelecimentos de que trata o § 4º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.



§ 6º Ficam reconhecidos como essenciais as atividades e os serviços públicos previstos em Decreto federal que regulamente o § 9º do art. 3º da Lei federal nº 13.979, de 2020, exceto os serviços públicos e as atividades listados em Decreto federal que sejam expressamente restringidos por Decreto estadual.

Art. 12. Os transportes aquaviário e rodoviário em território catarinense devem operar de acordo com as seguintes regras:

I – a travessia por meio de *ferryboat* deve ser realizada tão somente por veículos, devendo as pessoas permanecer no interior dos veículos durante a travessia;

II – a travessia de pedestres ou ciclistas por meio de outros tipos de embarcação só deve ser autorizada para profissionais de serviços públicos ou atividades essenciais, salvo nos locais em que a travessia se faz necessária para subsistência de comunidade isolada;

III – às margens de rodovias estaduais e federais, fica autorizada a abertura de oficinas e borracharias, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas; e

IV – fica autorizada a comercialização de refeições às margens de rodovias estaduais e federais por restaurantes, para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas, bem como não permitir o acesso público.

## Seção II

### Das Medidas na Administração Pública do Poder Executivo Estadual

Art. 13. Os agentes públicos que atuam nos serviços considerados não essenciais, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, desempenharão suas atividades em regime de trabalho remoto.

§ 1º Admite-se o trabalho presencial exclusivamente nos casos em que a atividade não puder ser prestada de forma remota e cuja execução não puder ser postergada, sob pena de prejuízo ao serviço.

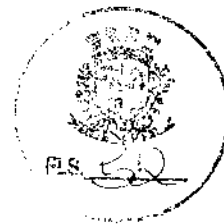
§ 2º Não poderão exercer suas atividades de forma presencial os agentes públicos:

I – que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;

II – com 60 anos ou mais;

III – gestantes;

IV – que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas; e



V – que convivem com:

a) pessoas acometidas pela COVID-19; ou

b) pessoas que estejam em quarentena por terem sido consideradas suspeitas de estarem acometidas pela COVID-19.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, aos agentes públicos que atuam nos serviços considerados essenciais, a critério da chefia imediata.

Art. 14. Compete aos titulares dos órgãos e aos dirigentes das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo a definição das atividades que podem ser desenvolvidas por meio de trabalho remoto, de forma que não haja prejuízo ao serviço público.

Parágrafo único. A listagem dos agentes públicos submetidos ao regime de trabalho remoto deverá ser mantida atualizada pelos setoriais e seccionais de gestão de pessoas dos órgãos e das entidades.

Art. 15. Considerando a situação específica de cada unidade administrativa, ficam os titulares dos órgãos e os dirigentes das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo autorizados a determinar aos agentes públicos, sucessivamente e nesta ordem:

I – a antecipação de férias;

II – o usufruto de licença-prêmio; e

III – a compensação de jornada.

§ 1º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo os servidores da Secretaria de Estado da Educação (SED) e da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), para os quais poderá ser determinado, imediatamente, o usufruto de licença-prêmio.

§ 2º A antecipação de férias de que trata o inciso I do *caput* deste artigo poderá ser concedida ainda que o respectivo período aquisitivo não esteja completo, bem como sustado o usufruto a qualquer momento, a critério da chefia imediata.

§ 3º Na hipótese de antecipação de férias, o pagamento do respectivo adicional será efetuado após o usufruto, até 31 de dezembro de 2020.

Art. 16. O controle do saldo do regime especial de compensação de jornada, por meio de banco de horas, se dará pela apuração das horas não trabalhadas pelo agente público, que será efetuada de forma conjunta pela respectiva chefia imediata e o setorial ou seccional de gestão de pessoas do órgão ou da entidade.



ESTADO DE SANTA CATARINA



Parágrafo único. A regulamentação da compensação do saldo por meio de banco de horas será disciplinada em ato a ser editado pelo Secretário de Estado da Administração.

Art. 17. Durante o estado de calamidade pública declarado neste Decreto:

I – poderão ser suspensas as férias e as licenças dos agentes públicos que desempenham funções essenciais, a critério dos titulares dos órgãos e dos dirigentes das entidades: e

II – o prazo de que trata o art. 7º do Decreto nº 1.545, de 16 de março de 2004, fica reduzido a 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo único. No caso de suspensão de férias, conforme disposto no inciso I do *caput* deste artigo, fica dispensada a devolução do adicional de 1/3 (um terço) de férias já adimplido em folha de pagamento.

Art. 18. Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega e atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 1º Nas hipóteses do *caput* deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, ou seja, com agendamento, mas sem a presença do agente, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital pelo setorial ou seccional de gestão de pessoas do órgão ou da entidade de exercício do agente.

§ 2º No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 3º O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se passar a apresentar sintomas.

Art. 19. Enquanto perdurar o estado de calamidade pública declarado neste Decreto, ficam os Comandantes das Corporações Militares estaduais autorizados a dispor de seus efetivos em escalas especiais.

Parágrafo único. Aos militares estaduais que desenvolvem atividades administrativas (atividades-meio), aplicam-se as demais regras estabelecidas neste Decreto.

Art. 20. Ato do Secretário de Estado da Educação disporá sobre o calendário de reposição das aulas na Rede Estadual de Ensino.





I – recursos concedidos por meio de convênio, termo de outorga de apoio financeiro a projetos de pesquisa científica ou tecnológica e termo de subvenção econômica;

II – diárias; e

III – adiantamentos.

§ 1º Os documentos relativos a prestações de contas vencidas antes da entrada em vigor deste Decreto deverão ser encaminhados, por *e-mail* ou outro meio digital, ao órgão ou à entidade da Administração Pública do Poder Executivo Estadual concedente dos recursos.

§ 2º O órgão ou a entidade concedente deverá registrar imediatamente no SIGEF a entrega dos documentos de que trata o *caput* deste artigo, para fins de desbloqueio da pendência.

Art. 27. Fica autorizada a prorrogação, de ofício, da vigência de convênios, termos de colaboração, de fomento, de outorga, de subvenção econômica, bem como de instrumentos congêneres pelo prazo de até 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Os termos aditivos dos instrumentos de que trata o *caput* deste artigo ficam dispensados de análise técnica e jurídica.

Art. 28. Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual deverão:

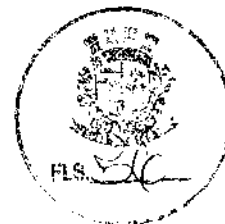
I – avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência;

II – orientar os gestores de contratos de prestação de serviço, a fim de que as empresas contratadas sejam notificadas quanto à responsabilidade na adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus empregados a respeito dos riscos da COVID-19; e

III – aumentar a frequência da limpeza dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas, além de instalar dispensadores de álcool em gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões e gabinetes.

Art. 29. A Diretoria de Saúde do Servidor da Secretaria de Estado da Administração (SEA) deverá organizar campanhas de conscientização no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta sobre os riscos da COVID-19 e as medidas de higiene necessárias para evitar o seu contágio.

Art. 30. A Diretoria de Relações e Defesa do Consumidor (PROCON) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE) deverá atuar, dentre outras atividades, no combate à elevação arbitrária de preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento da COVID-19, bem como quanto à possibilidade de remarcação e cancelamento de viagens.



#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas de sua competência, observadas as informações da SES a respeito da progressão da contaminação da COVID-19.

Art. 32. Os casos omissos e as situações especiais, relacionados às medidas previstas na Seção I do Capítulo III deste Decreto, serão analisados e deliberados pelo COES, vinculado à SES, por meio de Portaria editada pelo Secretário de Estado da Saúde.

Art. 33. Na forma do art. 52 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, ficam investidos como autoridades de saúde os militares e servidores da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, cabendo-lhes a fiscalização das medidas específicas de enfrentamento previstas na Seção I do Capítulo III deste Decreto, bem como daquelas dispostas em Portarias do Secretário de Estado da Saúde, sem prejuízo da atuação de órgãos com competência fiscalizatória específica.

Parágrafo único. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto ou em Portarias do Secretário de Estado da Saúde, as autoridades competentes devem apurar eventual prática de infrações administrativas previstas na Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ou na Lei nº 6.320, de 1983, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 34. A título acautelatório, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 35. A fim de otimizar a execução deste Decreto, fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, com:

I – a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial; e

II – a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos.

§ 1º Para a realização de despesas com os bens ou serviços especificados nos incisos do *caput* deste artigo, é obrigatória a apresentação de prévia justificativa da área competente, que deverá ser ratificada por ato do Secretário de Estado da Saúde e/ou do Chefe da Defesa Civil, conforme o caso.



§ 2º No caso de dispensa de licitação para a contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, a SES e a DC deverão observar as hipóteses previstas nos arts. 24 e 25 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Consultoria Jurídica, conforme estabelece o art. 38 da mencionada Lei.

§ 3º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar em favor da SES e da DC para viabilizar a adoção das medidas para enfrentamento do estado de calamidade pública, nos limites previstos na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36. Os Municípios do Estado, por meio dos respectivos Prefeitos, poderão estabelecer medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as previstas neste Decreto ou em Portarias do Secretário de Estado da Saúde, observadas as informações técnicas do COES e de acordo com a necessidade apresentada, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios.

Art. 37. O COES deverá divulgar e atualizar diariamente, por meio do *site* da SES, os dados e as informações relativos ao enfrentamento do estado de calamidade pública de que trata este Decreto.

Art. 38. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 39. Ficam ratificados os atos praticados com fundamento no Decreto nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 40. Fica revogado o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020.

Florianópolis, 17 de abril de 2020.

**CARLOS MOISÉS DA SILVA**  
Governador do Estado

**DOUGLAS BORBA**  
Chefe da Casa Civil

**ALISSON DE BOM DE SOUZA**  
Procurador-Geral do Estado

**JORGE EDUARDO TASCA**  
Secretário de Estado da Administração





ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 562, DE 17 DE ABRIL DE 2020



**PAULO ELI**  
Secretário de Estado da Fazenda

**HELTON DE SOUZA ZEFERINO**  
Secretário de Estado da Saúde

**JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR**  
Chefe da Defesa Civil



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

**DECRETO Nº. 38.652, DE 16 DE MARÇO DE 2020.**

Determina medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), cria a Comissão de Resposta ao Coronavírus e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

**CONSIDERANDO** que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19),

**CONSIDERANDO** a necessidade de implantação de medidas para resposta imediata ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19),

**CONSIDERANDO** que até a data atual existem 03 (três) casos suspeitos que encontram-se em isolamento residencial e sob monitoramento da Secretaria de Saúde de Chapecó,

**D E C R E T A:**

Art. 1º. Ficam determinadas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) em todo o território do município de Chapecó.

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

- I – isolamento;
- II – quarentena;
- III – determinação de realização compulsória de:
  - a) exames médicos;
  - b) testes laboratoriais;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou

e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Município de Chapecó na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada “tabela SUS”, quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente:

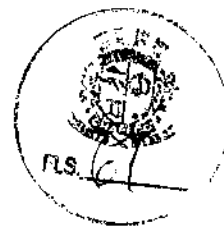
I – hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II – profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

§ 4º. Além das medidas descritas nos parágrafos anteriores, fica determinado:

I - a suspensão das atividades coletivas da Cidade do Idoso, ficando mantido o atendimento em saúde;

II - a suspensão das atividades dos grupos de convivência de idosos e projeto SuperIdade, desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social de Chapecó;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

III - a suspensão das atividades dos grupos de atividades de prevenção (Gestantes, Hipertensos, Diabéticos, Núcleos Ampliados de Saúde da Família - NASF), desenvolvidos pela Secretaria de Saúde;

IV - o isolamento de pessoas oriundas do exterior e que tenham passagem por grandes aeroportos nacionais ou internacionais, pelo período de 07 (sete) dias, sob o monitoramento da Secretaria Municipal de Saúde;

V - o cancelamento ou adiamento de eventos de massa (governamentais, esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais, religiosos e outros com concentração próxima de pessoas), com público estimado igual ou acima de 250 pessoas para espaços abertos e 100 pessoas para espaços fechados.

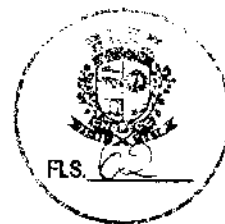
Art. 3º As medidas mencionadas no art. 2º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretária Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 5º. Fica criada a Comissão de Resposta ao Coronavírus, com a incumbência de operacionalizar, monitorar e articular ações para o enfrentamento e resposta imediata à emergência de saúde pública.

Parágrafo único. As ações e os serviços públicos de saúde voltados à contenção da emergência serão articulados pela Comissão de Resposta ao Coronavírus em conjunto com a



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Secretaria Municipal de Saúde, e poderão contar com a participação dos demais órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal e da sociedade civil.

Art. 6º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Resposta ao Coronavírus:

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

- a) MARISTELA BISOGNIN SANTO ROCHA - Secretária de Saúde;
- b) ALDARICE PEREIRA DA FONSECA - Diretora Técnica;
- c) GESSIANI FÁTIMA LARENTIS - Diretora de Atenção à Saúde;
- d) FÁTIMA NEIVA PIOVESAN - Gerente de Vigilância em Saúde;
- e) LEANDRA OLIVEIRA PORTO - Gerente de Atenção Especializada;
- f) LÍGIA SCHACHT - Gerente de Atenção Básica;
- g) DIANE NEGRI - Coordenadora de Vigilância Epidemiológica;
- h) ROGÉRIO DE SOUZA BARCALA - Coordenador do SAMU;
- i) CAROLINE KOLLING - Médica Infectologista.

II - representantes da sociedade civil:

- a) HUGO NOAL - representante do Hospital Regional do Oeste;
- b) CARLA OLDRA - representante do Hospital Regional do Oeste;
- c) MARCIELE DA FONSECA - representante do Hospital Regional do Oeste;
- d) JACIRA DE OLIVEIRA - representante do Hospital Regional do Oeste;
- e) TÂNIA ZUNKOWSKI - representante do Hospital Regional do Oeste;
- f) JUSTINA LORENZZETTI - representante do Hospital Regional do Oeste;
- g) MÁRCIO RICARDO RIBOLI - representante do Hospital Regional do Oeste;
- h) CLEIDI BORTOLOZZO - representante do Hospital Regional do Oeste;
- i) ELISANDRA MIOZZO ZAVODNIK - representante do Hospital Regional do

Oeste;

- j) JULIANA SAVARIZ - representante do Núcleo Hospitalar Epidemiológico;
- k) MARLEI FACHIN - representante do Núcleo Hospitalar Epidemiológico;
- l) DALVA TEDESCO - representante do Núcleo Hospitalar Epidemiológico;
- m) CAROLINA PONZI - representante do Hospital Unimed Chapecó.

III - Representantes do Estado de Santa Catarina:

- a) OTILIA CRISTINA RODRIGUES - representante da Macroregional de Saúde de Chapecó;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

- a) MARTA SANTOS - representante da Macrorregional de Saúde de Chapecó;
- c) DEYSE ANGELINI - representante da Macrorregional de Saúde de Chapecó.

Art. 7º Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 2º deste Decreto, os órgãos competentes deverão adotar as medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

Art. 8º. A Secretaria Municipal de Saúde deverá expedir recomendação e orientação para implementar as medidas de que trata o art. 2º deste Decreto, bem como expedir Boletim Diário de Informação.

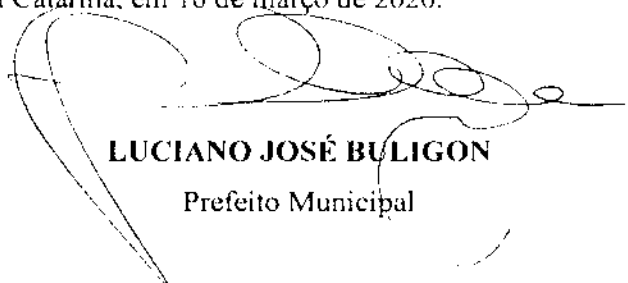
Art. 9º Fica adotado o Plano de Contingência Municipal, a fim de conter a emergência de saúde pública provocada pelo coronavírus, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10. Havendo descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar eventual prática de infração administrativa.

Art. 11. A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON deverá intensificar as ações orientativas e fiscalizatórias visando coibir a prática de preços abusivos para produtos relacionados à saúde.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º, bem como no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de  
Santa Catarina, em 16 de março de 2020.



**LUCIANO JOSÉ BULIGON**  
Prefeito Municipal



(https://abril exame.wordpress.com)

**Assine EXAME a partir de R\$ 15,90/mês**

Acompanhe os impactos da quarentena na economia nos negócios com os conteúdos de qualidade e informações precisas de EXAME.



(http://www.linkedin.com/company/exame-com)



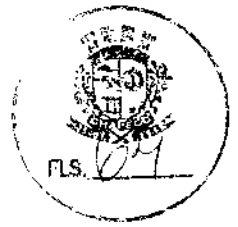
(https://www.instagram.com/exame/)



(https://www.youtube.com/user/portalexame)



(https://twit



Home (/) → (/Mundo (/mundo)) → Puxada por Brasil e EUA, América passa Europa em casos de covid-19

MUNDO (/MUNDO)

# Puxada por Brasil e EUA, América passa Europa em casos de covid-19

Apesar da América ter o maior número de infecções, a Europa ainda é o continente com mais mortes por coronavírus

Por **Estadão Conteúdo**

Publicado em: 12/05/2020 às 11h02 - Alterado em: 12/05/2020 às 11h03

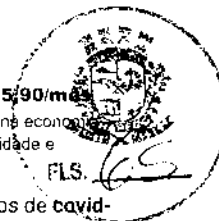
(whatsapp://send?text=Puxada por Brasil e EUA, América passa Europa em casos de covid-19 https://exame.abril.com.br/mundo/puxada-por-brasil-e-eua-america-passa-europa-em-casos-de-covid-19/?utm\_source=whatsapp&utm\_medium=social&utm\_campaign=barra-compartilhamento Exame)  
 (https://facebook.com/sharer/sharer.php?u=https://exame.abril.com.br/mundo/puxada-por-brasil-e-eua-america-passa-europa-em-casos-de-covid-19/) (https://twitter.com/intent/tweet?url=https%3A%2F%2Fexame.abril.com.br%2Fmundo%2Fpuxada-por-brasil-e-eua-america-passa-europa-em-casos-de-covid-19%2F&text=Puxada por Brasil e EUA, América passa Europa em casos de covid-19&via=exame) (mailto:?subject=Puxada por Brasil e EUA, América passa Europa em casos de covid-19&body=Puxada por Brasil e EUA, América passa Europa em casos de covid-19)  
 https://exame.abril.com.br/mundo/puxada-por-brasil-e-eua-america-passa-europa-em-casos-de-covid-19/?utm\_source=email&utm\_medium=email&utm\_campaign=barra-compartilhamento via Exame)



(Bloomberg / Colaborador/Getty Images)

**Assine EXAME a partir de R\$ 15,90/mês**

Acompanhe os impactos da quarentena na economia e nos negócios com os conteúdos de qualidade e informações precisas de EXAME.



Powered by Pictograph

A região das Américas superou nas últimas horas a Europa (<https://exame.abril.com.br/noticias-sobre/europa>) em número de casos de covid-19 (<https://exame.abril.com.br/noticias-sobre/coronavirus>), segundo um levantamento da Organização Mundial da Saúde (OMS) (<https://exame.abril.com.br/noticias-sobre/oms/>). O continente americano tem 1,74 milhão de casos, enquanto o Velho Continente tem 1,73 milhão.

A Europa foi, desde meados de fevereiro, o epicentro da epidemia nas palavras do próprio diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, mas o maior número de casos diários nas últimas semanas está sendo observado agora em países como Estados Unidos, Brasil e Canadá.

Apesar do maior número de infecções, as mortes no continente americano, que na segunda-feira (11) ultrapassaram a barreira dos 100 mil, são inferiores às quase 160 mil da Europa.

De acordo com os dados mais atualizados das autoridades sanitárias nacionais, os Estados Unidos somam 1,3 milhão de contágios, enquanto o Brasil tem 169 mil casos, sendo o oitavo do mundo em números de pessoas infectadas. O Canadá é o 13º país mais afetado com quase 70 mil casos.

## Veja também



Mundo (/mundo)

**Reino Unido registra 38 mil mortes por coronavírus, pior número da Europa** (<https://exame.abril.com.br/mundo/reino-unido-registra-38-mil-mortes-por-coronavirus-pior-numero-da-europa/>)

🕒 12 maio 2020 - 09h05



Ciência (/ciencia)

**Combina hidroxiquina-zinco seria eficaz contra covid-19, diz estudo** (<https://exame.abril.com.br/ciencia/combina-hidroxiquina-zinco-seria-eficaz-contra-covid-19-diz-estudo/>)

🕒 12 maio 2020 - 09h05



Brasil (/brasil)

**Ocupação de leitos de UTI chega a 100% em Natal** (<https://exame.abril.com.br/brasil/ocupacao-de-leitos-de-uti-chega-a-100-em-natal/>)

🕒 12 maio 2020 - 08h05

Os EUA confirmaram mais de 80 mil mortes, enquanto o Brasil teve pouco mais de 11 mil e o Canadá, quase 5 mil. Apesar dos números elevados, vários países do continente americano já estão elaborando planos de relaxamento das quarentenas impostas.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estima que a covid-19 vai afetar as economias da região com a pior contração que a região sofreu desde 1930. Para 2020, a entidade prevê uma contração média da economia regional de 5,3%. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o diretor do Programa Mundial de Alimentos (WFP), afirmou que o Brasil tem caminhado para voltar ao "Mapa da Fome" com os impactos da pandemia.

### Caribe vê 'cenário cinzento'

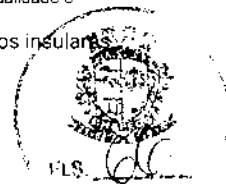
Com economias frágeis e dependentes do turismo, a pandemia fez o Banco de Desenvolvimento do Caribe prever uma contração de até 50% do PIB da região. Aeroportos sem voos, hotéis fechados e cruzeiros ancorados são parte do panorama hoje. Em Santa Lúcia, ilha com 178 mil habitantes nas Antilhas, 13 mil pessoas já perderam o trabalho. Em Porto Rico, território americano que já vinha sofrendo com as consequências do furacão Maria, de 2017, 93 dos 160 hotéis fecharam as portas, ameaçando cerca de 20 mil empregos.



O turismo, um dos setores mais afetados pelo surto, representa de 30% a 50% do PIB de países como Bahamas, Barbados e Jamaica, de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em alguns países, o setor já é fortemente endividado e com economias pouco diversificadas. (Com agências internacionais).

Segundo a Organização de Turismo do Caribe, o setor emprega 2,5 milhões de pessoas na região, composta por pequenos Estados insulares já fortemente endividados e com economias pouco diversificadas. (Com agências internacionais).

Acompanhe os impactos da quarentena na economia nos negócios com os conteúdos de qualidade e informações precisas de EXAME.



## NOTÍCIAS SOBRE

AMÉRICA DO SUL ([HTTPS://EXAME.ABRIL.COM.BR/NOTICIAS-SOBRE/AMERICA-DO-SUL/](https://exame.abril.com.br/noticias-sobre/america-do-sul/))

AMÉRICA LATINA ([HTTPS://EXAME.ABRIL.COM.BR/NOTICIAS-SOBRE/AMERICA-LATINA/](https://exame.abril.com.br/noticias-sobre/america-latina/))

CORONAVÍRUS ([HTTPS://EXAME.ABRIL.COM.BR/NOTICIAS-SOBRE/CORONAVIRUS/](https://exame.abril.com.br/noticias-sobre/coronavirus/))

ESTADOS UNIDOS (EUA) ([HTTPS://EXAME.ABRIL.COM.BR/NOTICIAS-SOBRE/ESTADOS-UNIDOS/](https://exame.abril.com.br/noticias-sobre/estados-unidos/))

EUROPA ([HTTPS://EXAME.ABRIL.COM.BR/NOTICIAS-SOBRE/EUROPA/](https://exame.abril.com.br/noticias-sobre/europa/))

### Mais vistas

- 1 De "estufa" a parede de plástico: como restaurantes reabrem após covid-19 (<https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/de-estufa-a-parede-de-plastico-como-restaurantes-reabrem-apos-covid-19/>)
- 2 Defesa informa que 73,2 mil militares receberam os R\$ 600 indevidamente (<https://exame.abril.com.br/brasil/defesa-informa-que-732-mil-militares-receberam-os-r-600-indevidamente/>)
- 3 Dataprev finaliza análise de 14 mi de pedidos dos R\$ 600 até esta quarta (<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/dataprev-finaliza-analise-de-14-mi-de-pedidos-dos-r-600-ate-esta-quarta/>)
- 4 Empresa tem mais de 200 vagas com home office e salários de até R\$ 12 mil (<https://exame.abril.com.br/carreira/empresa-tem-mais-de-200-vagas-com-home-office-e-salarios-de-ate-r-12-mil/>)
- 5 Empresários negam possibilidade de reabertura imediata das academias (<https://exame.abril.com.br/negocios/empresarios-negam-possibilidade-de-abertura-imediata-das-academias/>)
- 6 Auxílio emergencial: Economia avalia prorrogar pagamento em até 3 meses (<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/equipe-economica-avalia-prorrogar-pagamento-do-auxilio-emergencial/>)
- 7 Itaú já fez 260 contratações remotas e tem mais 400 vagas abertas (<https://exame.abril.com.br/carreira/itau-ja-fez-260-contratacoes-remotas-e-tem-mais-400-vagas-abertas/>)
- 8 Fev/2020: Bolsonaro não está à altura do cargo, diz Celso de Mello (<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-nao-esta-a-altura-do-cargo-diz-celso-de-mello/>)
- 9 A startup que desafia iFood e Rappi com delivery para clientes como Fasano (<https://exame.abril.com.br/pme/a-startup-que-desafia-ifood-e-rappi-com-delivery-para-clientes-como-fasano/>)
- 10 Brasil bate recorde de 881 mortes por covid-19 em 24h e total vai a 12.400 (<https://exame.abril.com.br/brasil/numero-infectados-coronavirus-brasil/>)

[rbox&utm\\_source=editoraabrill-exame&utm\\_medium=referral&utm\\_content=organic-thumbnails-rr:Organic Right Rail:\)](#)  
**Recomendado para você**

(<https://exame.abril.com.br/economia/frustrado-guedes-da-sinais-de-que-futuro-no-governo-nao-esta-garantido/>)

Frustrado, Guedes dá sinais de que futuro no governo não está garantido

(<https://exame.abril.com.br/economia/frustrado-guedes-da-sinais-de-que-futuro-no-governo-nao-esta-garantido/>)

([https://exame.abril.com.br/mundo/russia-registra-quase-11-mil-novos-casos-de-coronavirus-no-ultimo-dia/?\\_\\_twitter\\_impression=true](https://exame.abril.com.br/mundo/russia-registra-quase-11-mil-novos-casos-de-coronavirus-no-ultimo-dia/?__twitter_impression=true))

Rússia registra quase 11 mil novos casos de coronavírus no último dia

([https://exame.abril.com.br/mundo/russia-registra-quase-11-mil-novos-casos-de-coronavirus-no-ultimo-dia/?\\_\\_twitter\\_impression=true](https://exame.abril.com.br/mundo/russia-registra-quase-11-mil-novos-casos-de-coronavirus-no-ultimo-dia/?__twitter_impression=true))

([https://exame.abril.com.br/ciencia/pandemia-de-covid-19-no-brasil-pode-acabar-so-em-novembro-diz-estudo/?\\_\\_twitter\\_impression=true](https://exame.abril.com.br/ciencia/pandemia-de-covid-19-no-brasil-pode-acabar-so-em-novembro-diz-estudo/?__twitter_impression=true))

Pandemia de covid-19 no Brasil pode acabar só em novembro, diz estudo

([https://exame.abril.com.br/ciencia/pandemia-de-covid-19-no-brasil-pode-acabar-so-em-novembro-diz-estudo/?\\_\\_twitter\\_impression=true](https://exame.abril.com.br/ciencia/pandemia-de-covid-19-no-brasil-pode-acabar-so-em-novembro-diz-estudo/?__twitter_impression=true))

[utm\\_source=editoraabrill-exame&utm\\_medium=referral&utm\\_content=sponsored-thumbnails-rr:Sponsored Right Rail:\)](#)

utm\_source=editoraabrilexame&utm\_medium=referral&utm\_content=sponsored-thumbnails-rr:Sponsored Right Rail:)

utm\_source=editoraabrilexame&utm\_medium=referral&utm\_content=sponsored-thumbnails-rr:Sponsored Right Rail:)

Pela Web

(https://mascarasegura.com/products/kit-de-n95-reutilizavel?utm\_source=Taboola&utm\_medium=CPC-Desktop&tbid=GiA3hSX5nNS3sDWJw00UaJNjUWh3cM-bAFSRPNEYq2Z7WSD06U4) Acompanhe os impactos da quarentena na economia e nos negócios com os conteúdos de qualidade e informações precisas de EXAME.

**Compre hoje 3 unidades da máscara mais segura por um preço inacreditável**

Máscara Segura

(https://mascarasegura.com/products/kit-de-n95-reutilizavel?utm\_source=Taboola&utm\_medium=CPC-Desktop&tbid=GiA3hSX5nNS3sDWJw00UaJNjUWh3cM-bAFSRPNEYq2Z7WSD06U4)

(https://www.mascaraknit.com.br/products/mascara-reutilizavel-knit?variant=31710493900883&utm\_source=MascaraKnit&utm\_medium=CPC-Desktop&tbid=GiA3hSX5nNS3sDWJw00UaJNjUWh3cM-bAFSRPNEYq2Z7WSCqkk8)

**Máscara de proteção fabricada no Brasil a pronta entrega**

Máscara Knit

(https://www.mascaraknit.com.br/products/mascara-reutilizavel-knit?variant=31710493900883&utm\_source=MascaraKnit&utm\_medium=CPC-Desktop&tbid=GiA3hSX5nNS3sDWJw00UaJNjUWh3cM-bAFSRPNEYq2Z7WSCqkk8)

(https://vi-giadepreco.com.br/hotsites/extensao\_chrome?utm\_source=taboola&utm\_medium=referral&tbid=GiA3hSX5nNS3sDWJw00UaJNjUWh3cM-bAFSRPNEYq2Z7WSC7wkc)

**Nunca mais seja enganado. Saiba se o preço está realmente em promoção.**

Extensão Vigia

(https://vigia.depreco.com.br/hotsites/extensao\_chrome?utm\_source=taboola&utm\_medium=referral&tbid=GiA3hSX5nNS3sDWJw00UaJNjUWh3cM-bAFSRPNEYq2Z7WSC7wkc)

ASSINE (HTTPS://WWW.ASSINE.ABRIL.COM.BR/PORIAL/PAGINASESTATICASISHOWPROMOCAO.ACTION?CODPROMOCAO=SR\_EX\_LAND&OR

(https://exame.abril.com.br)

Institucional

Editorias

Termos de Uso	Últimas Notícias (https://exame.abril.com.br/ultimas-noticias)	Eventos (https://exame.abril.com.br/eventos)	
Política de Privacidade	Brasil (https://exame.abril.com.br/brasil)	Especiais (https://exame.abril.com.br/especiais)	Seu [
	Carreira (https://exame.abril.com.br/carreira)	Marketing (https://exame.abril.com.br/marketing)	Tec
	Ciência (https://exame.abril.com.br/ciencia)	Mercados (https://exame.abril.com.br/mercados)	Estilo
	Colunistas (https://exame.abril.com.br/blog)	Mundo (https://exame.abril.com.br/mundo)	
	Economia (https://exame.abril.com.br/economia)	Negócios (https://exame.abril.com.br/negocios)	

Copyright Exame | Todos os direitos reservados | É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Exame.



PREFEITURA DE CHAPECÓ  
SECRETARIA DE SAÚDE  
VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

## Boletim Epidemiológico

13/05/2020 | 09h

# CORONAVÍRUS

### • Dados Atuais

	Mundo	Brasil	Santa Catarina	Chapecó
Casos:	4.278.180	178.214	3.733	420
Óbitos:	292.316	12.461	73	0

### • Situação Epidemiológica em Chapecó-SC

**2045**  
**MONITORADOS**

(desde março de 2020)

**586**  
**DESCARTADOS**

(resultado de exame negativo)

RESIDENTES DE OUTROS  
MUNICÍPIOS INTERNADOS EM  
CHAPECÓ

- **CONFIRMADOS: 04**

- Enfermaria: 0
- UTI: 03
- Óbito: 01

- **SUSPEITOS: 04**

- Enfermaria: 02
- UTI: 01
- Óbito: 01

**420**  
**CONFIRMADOS**

05  
Internados em  
Enfermaria

04  
Internados em  
UTI

0  
Óbitos

331  
Isolamento  
Domiciliar

80  
Recuperados

**205**  
**SUSPEITOS**

02  
Internados em  
Enfermaria

02  
Internados em  
UTI

01  
Óbitos

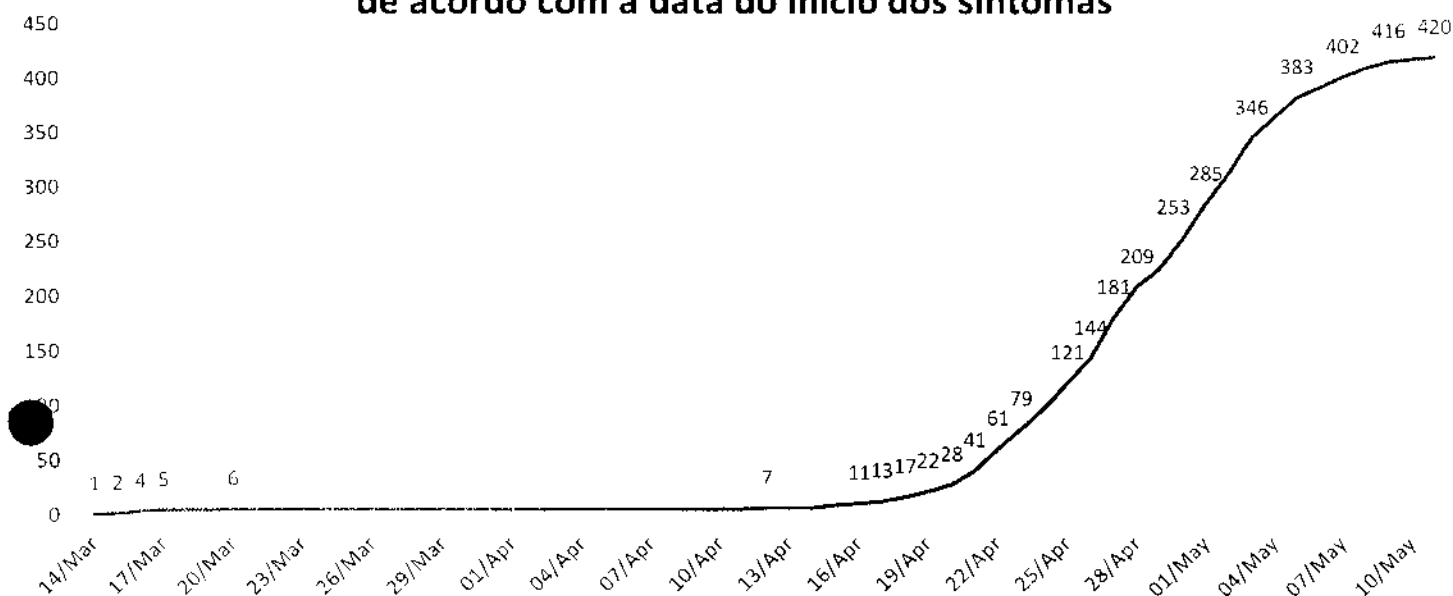
200  
Isolamento  
Domiciliar



## • Casos Confirmados

Em Chapecó, até o dia 13 de maio de 2020 foram confirmados 420 casos de COVID-19. Estamos no 59º dia do primeiro caso confirmado no município.

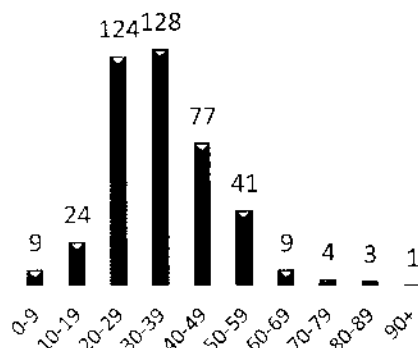
### Curva epidêmica dos casos confirmados, de acordo com a data do início dos sintomas



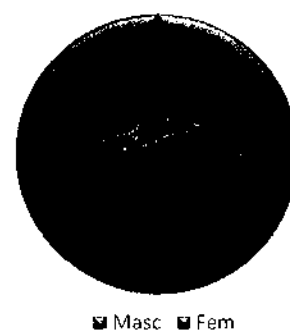
### Definição de caso



### Faixa Etária



### Sexo



Os protocolos para definição de caso suspeito para COVID-19 e critério de coleta laboratorial foram alterados várias vezes em virtude das mudanças no cenário epidemiológico nacional. A nova Nota Técnica Conjunta nº 002/2020 – COSEMS/SUV/SPS/SES/SC – COE (atualizada em 05/05/2020) incluiu para critério de coleta de amostras as Síndromes Gripais (SG), além dos pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), que já estavam incluídos desde o início da pandemia, assim como acrescentou o critério clínico-epidemiológico para definição de casos confirmados.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: BBC TEXTIL LTDA**  
**CNPJ: 07.519.703/0001-70**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:17:17 do dia 29/04/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/10/2020.

Código de controle da certidão: **2636.8066.2557.7A3C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



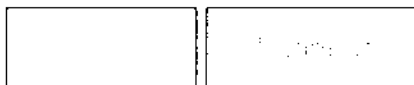
### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **BBC TEXTIL LTDA**  
CNPJ/CPF: **07.519.703/0001-70**

**Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.**

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	200140050495707
Data de emissão:	28/04/2020 14:24:30
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	27/06/2020

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço:  
<http://www.sef.sc.gov.br>



### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 07.519.703/0001-70

**Razão Social:** BBC TEXTIL LTDA ME

**Endereço:** R CURT OTTAO GUILERME JUNGIERECK 170 E / EFAP / CHAPECO / SC /  
89809-722

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 14/03/2020 a 11/07/2020

**Certificação Número:** 2020031404154914272030

Informação obtida em 29/04/2020 08:21:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2020-FMS**

**OBJETO:**

AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE AVENTAIS IMPERMEÁVEIS PARA USO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ESTÃO TRABALHANDO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.

**CONTRATADO: BBC TÊXTIL LTDA ME**

**QUANTIDADE: 8.000 (oito mil) unidades**

**VALOR UNITÁRIO: R\$10,90 (dez reais e noventa centavos)**

**VALOR DA DISPENSA: R\$ 87.200,00 (oitenta e sete mil e duzentos reais)**

**FUNDAMENTO LEGAL:**

Art. 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores:

[...]

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

LEI Nº 13.979/2020

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

DECRETO MUNICIPAL Nº 38.652/20

Art. 4º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretária Municipal de Saúde. Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretária Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria Geral do Município.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



**JUSTIFICATIVA:**

É notória a disseminação mundial do coronavírus classificada, pela Organização Mundial de Saúde, como pandemia.

Diante do cenário assustador representado pelo grande número de mortes, principalmente no continente americano, com cerca de 1,74 milhão de casos, segundo a Organização Mundial da Saúde<sup>1</sup> e com o surgimento de casos em vários municípios de Santa Catarina.

Inclusive em Chapecó, conforme Boletim informativo município veiculado em 13/05/2020, o número de casos confirmados aumentou consideravelmente, totalizando 420 (quatrocentos e vinte) casos<sup>2</sup> de COVID19, sendo o 59º dia do primeiro caso confirmado no município.

À vista desse panorama, e conforme relata o memorando nº 12.097/2020 (1Doc), há a necessidade de compra emergencial de aventais impermeáveis para uso dos servidores que estão trabalhando no enfrentamento da pandemia do Coronavírus, conforme orientação de nota técnica da SES 02/2020.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Dentre os orçamentos realizados o fornecedor foi o que apresentou a proposta mais vantajosa. A habilitação dos fornecedores seguiu a permissão contida no art. 4º-F, Lei nº 13.979/20, ressalvada a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO:**

O preço ofertado reflete a realidade atual do mercado, sendo que dentre os orçamentos realizados a contratada foi a que apresentou a proposta mais vantajosa, conforme orçamentos em anexo (fls. 03-08).

Chapecó - SC, 13 de maio de 2020.

**RIQUELMO BEDIN FILHO**

Presidente da Comissão Municipal de Licitações

<sup>1</sup> Conforme notícia veiculado no endereço eletrônico: <https://exame.abril.com.br/mundo/puxada-por-brasil-e-eua-america-passa-europa-em-casos-de-covid-19/>, doc fls 64-67.

<sup>2</sup> Conforme Boletim informativo municipal, disponível no endereço eletrônico: [https://www.chapeco.sc.gov.br/extranet/uploads/Noticia/13042020\\_boletim\\_epidemiologico\\_coronavirus\\_web.pdf](https://www.chapeco.sc.gov.br/extranet/uploads/Noticia/13042020_boletim_epidemiologico_coronavirus_web.pdf), doc. fls. 68-69.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPECÓ



Em virtude da exposição referente à realização da despesa independente de Licitação, fundamentado nos motivos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

**HOMOLOGO A REALIZAÇÃO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

Chapecó - SC, 13 de maio de 2020.

**MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA**

Secretária Municipal de Saúde



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ  
Procuradoria-Geral do Município



Chapecó-SC, 13 de maio de 2020.

**PARECER JURÍDICO Nº 0588/2020**

**OBJETO:** Minuta de Dispensa de Licitação nº 047/2020-FMS. Análise Jurídica-Formal. Aquisição de aventais impermeáveis. Pandemia do coronavírus.

Trata-se o presente de análise da minuta da Dispensa de Licitação nº 47/2020-FMS, por intermédio do qual se pretende a aquisição emergencial de aventais impermeáveis para uso dos servidores municipais que estão trabalhando no enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Constam nos autos analisados, além da minuta objeto deste parecer: Solicitação de Compra/Contratação nº 747/2020, expedida em face da Secretária de Saúde; cópia do Memorando nº 12.097/2020 oriundo da Direção de Infraestrutura e Finanças; cópia de orçamentos, projetos e demais descrições.

No que concerne ao processo ora analisado, a autoridade competente informa que o fundamento legal da dispensa é aquele disposto no inciso IV do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/1993:

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

*[...] IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos. [...]*

*Art. 4º. Lei 13.979/2020. É dispensável a licitação para a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia e insumos destinados ao enfrentamento da*



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ**  
**Procuradoria-Geral do Município**



*emergência de saúde pública da importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.*

*§1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.*

*Art. 4º, Decreto Municipal nº 38.652/2020. Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretaria Municipal de Saúde.*

*Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria Geral do Município.*

Conforme se denota do processo de dispensa, a autoridade competente justifica a aquisição tendo em vista que:

*[...] Inclusive em Chapecó, conforme Boletim Informativo município veiculado em 13/05/2020, o número de casos confirmados aumentou consideravelmente, totalizando 420 (quatrocentos e vinte) casos de COVID19, sendo o 59º dia do primeiro caso confirmado no município. À vista desse panorama, e conforme relata o memorando nº 12.097/2020 (1Doc), há a necessidade de compra emergencial de aventais impermeáveis para uso dos servidores que estão trabalhando no enfrentamento da pandemia do Coronavírus, conforme orientação de nota técnica da SES 02/2020.*

Quanto à razão da escolha dos fornecedores, foi salientado pela autoridade competente:

*Dentre os orçamentos realizados o fornecedor foi o que apresentou a proposta mais vantajosa. A habilitação dos fornecedores seguiu a permissão contida no art. 4º - F, Lei nº 13.979/20, ressalvada a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social.*

*p*



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ  
Procuradoria-Geral do Município




No quesito preço, tem-se que o “preço reflete a realidade atual do mercado, sendo que dentre os orçamentos realizadas a contratada foi a que apresentou a proposta mais vantajosa”.

Neste sentido, resta claro que o processo ora em análise está devidamente amparado nas legislações específicas para o caso em tela, quais sejam, Lei Federal n. 8.666.93, Lei Federal nº 13.979/2020 e Decreto Municipal nº 38.652/2020.

Diante do exposto – e restrito aos aspectos jurídicos-formais – esta Procuradoria manifesta-se pela viabilidade jurídica da realização da Dispensa de Licitação nº 47/2020-FMS.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer baseia-se nos elementos que constam até a presente data nos autos ora analisados e a análise *supra* se dá sob o prisma estritamente jurídico, não competindo-nos adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados pelos demais órgãos da Administração Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É o parecer<sup>1</sup>.

  
Patrícia Piasson  
Consultora Jurídica  
OAB/SC nº 48.058

<sup>1</sup> O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo, sendo apenas a opinião técnico-jurídica emitida pelo operador do direito, que orientará o administrador na tomada da decisão, ou seja, na prática do ato administrativo que se constitui na execução *ex officio* da lei na oportunidade do julgamento, porquanto, o parecer jurídico constitui-se ato opinativo que pode, ou não, ser considerado pelo administrador (MS-24584/DF).



[illegible]



# Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC  
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 [atsaude@chapeco.sc.gov.br](mailto:atsaude@chapeco.sc.gov.br)  
<https://www.chapeco.sc.gov.br>

Usuário: Maiara dos Santos

Chave de Autenticação Digital  
1566-9309-972

Página  
1 / 1



FLS. 300

## Licitações Adjudicadas

Licitação: DL51/2020

Modalidade: Dispensa por Justificativa

Julgamento: Por item

Registro de preço: Não

Controla quantidade: Sim

Objeto: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE AVENTAIS IMPERMEÁVEIS PARA USO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ESTÃO TRABALHANDO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Fornecedor: 26452 - BBC TEXTIL LTDA

CPF/CNPJ: 07.519.703/0001-70

Valor total (R\$):

87.200,00

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
15/05/2020	1	14322 - AVENTAL	UNIDADE	8.000,00000	10,90000	87.200,00
Complemento do item: AVENTAL LAMINADO IMPERMEÁVEL (FALSO TECIDO DE FILAMENTOS SINTÉTICOS LAMINADO.						

Total Adjudicado (R\$):

87.200,00

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$):

87.200,00



# Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC  
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 [atsaude@chapeco.sc.gov.br](mailto:atsaude@chapeco.sc.gov.br)  
<https://www.chapeco.sc.gov.br>

Usuário: Maiara dos Santos

Chave de Autenticação Digital  
1685-6168-633

Página  
1 / 1



## Licitações homologadas

Licitação: DL51/2020

Modalidade: Dispensa por Justificativa

Registro de preço: Não

Controla quantidade: Sim

Objeto: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE AVENTAIS IMPERMEÁVEIS PARA USO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ESTÃO TRABALHANDO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Credor/Fornecedor: 26452-BBC TEXTIL LTDA

Data	Item	Un. Medida	Material/Serviço/Denominação
------	------	------------	------------------------------

15/05/2020	1	UNIDADE	14322 - AVENTAL Complemento do item: AVENTAL LAMINADO IMPERMEÁVEL (FALSO) TECIDO DE FILAMENTOS SINTÉTICOS LAMINADO.
------------	---	---------	--

Total licitações homologadas: 1